

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA  
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

MAX LUIZ DA SILVA BARRETO

**A COOPERAÇÃO MILITAR INTERNACIONAL DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA  
DURANTE A TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2015-2022:**

efeitos nas relações com os EUA e com os países do Entorno Estratégico

Rio de Janeiro  
2024

MAX LUIZ DA SILVA BARRETO

**A COOPERAÇÃO MILITAR INTERNACIONAL DA FORÇA  
AÉREA BRASILEIRA DURANTE A TRANSIÇÃO  
GOVERNAMENTAL 2015-2022:**

efeitos nas relações com os EUA e com os países do Entorno Estratégico

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Octávio Gavião

Rio de Janeiro  
2024

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG



Documento assinado digitalmente

MAX LUIZ DA SILVA BARRETO

Data: 18/04/2024 08:55:42-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

MAX LUIZ DA SILVA BARRETO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

**B273c Barreto, Max Luiz da Silva**

A cooperação militar internacional da Força Aérea Brasileira durante a transição governamental 2015-2022: efeitos nas relações com os EUA e com os países do entorno estratégico / Cel. Av. FAB Max Luiz da Silva Barreto. - Rio de Janeiro: ESG, 2024.

96 f.: il.

Orientador: Dr. Luiz Octávio Gavião

Dissertação de Conclusão de Curso - Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Mestrado Acadêmico da Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa.

1. Brasil. Força Aérea Brasileira. 2. Geopolítica – Brasil. 3. Segurança nacional - Brasil. 4. Brasil - Relações exteriores. 5. Forças Armadas - Brasil. I. Título.

CDD – 327.1011

MAX LUIZ DA SILVA BARRETO

**A COOPERAÇÃO MILITAR INTERNACIONAL DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA  
DURANTE A TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2015-2022:**

**efeitos nas relações com os EUA e com os países do Entorno Estratégico**


Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

Rio de Janeiro, em 26 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA  
**LUIZ OCTAVIO** Assinado de forma  
digital por LUIZ OCTAVIO  
**GAVIAO:9056** GAVIAO:90564278734  
**4278734** Dados: 2024.04.18  
09:41:02 -03'00'


---

Prof. Dr. Luiz Octávio Gavião – ESG

Documento assinado digitalmente  
 **SERGIO KOSTIN**  
Data: 18/04/2024 13:26:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Sergio Kostin – ESG

Documento assinado digitalmente  
 **ADRIANO LAURO**  
Data: 18/04/2024 10:47:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Adriano Lauro - EGN

Rio de Janeiro  
2024

Dedico este trabalho à minha família que sempre me apoiou em todos os momentos de minha vida, tolerando minha ausência momentânea em função de meu crescimento acadêmico e profissional. Jurenice, Pedro Mateus e Luiza Maria, eu amo vocês de todo o meu coração. A vitória sem vocês não tem nenhum valor!

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar eu não posso deixar de agradecer a Deus por guiar meus passos e me encaixar em seus planos. Por nossas limitações, na maioria das vezes não entendemos o momento, não compreendemos o porquê das coisas! Mas basta um pouquinho de fé para descobrirmos que Deus tem um plano para cada um de nós! Obrigado Senhor! Sempre recebi mais do que mereço!

Em segundo lugar, eu agradeço ao maior presente recebido de Deus: minha família, seja aquela que me trouxe ao mundo, seja aquela que eu construí com minha esposa. Se eu sou quem eu sou, foi por causa de meu falecido pai e minha mãe querida! O amor, o carinho e a dedicação deles me trouxeram até aqui. Da mesma forma, agradeço a meus dois irmãos a quem eu respeito e amo de todo o coração. Em relação à família que eu construí, eu posso resumir tudo em duas palavras: amo vocês!

Todos nós corremos um enorme perigo ao tentar enumerar as pessoas em nossos agradecimentos ... A probabilidade de esquecermos alguém é imensa! Por isso, eu agradeço a todos aqueles e aquelas que Deus colocou em minha vida! São tantas pessoas que eu certamente me esqueceria de alguém! Não posso e não vou cometer esta falha grave! Por isso, neste momento eu agradeço a você homem e a você mulher, amigos e amigas, parentes, colegas de trabalho, chefes, comandantes, subordinados, vizinhos e vizinhas, irmãos e irmãs religiosos etc. Cada pessoa que passou por minha vida deixou uma marca que eu trago guardada dentro de meu coração. Obrigado por fazerem parte de meu pequeno universo.

O agradecimento final eu dedico a todos os meus professores e professoras que foram me moldando aos poucos, transformando o “barro bruto” em um “vaso” pronto a receber mais conhecimento. Nas pessoas do meu orientador, Professor Doutor Luiz Octávio Gavião, e da minha banca, Professor Doutor Sergio Kostin e Professor Doutor Adriano Lauro, eu presto uma singela homenagem a todos que se dedicam ao nobre e paciente trabalho de ensinar. Obrigado Professor Gavião pela paciência, pela dedicação e pela capacidade de ensinar apresentada a mim: tenha certeza que o senhor sempre me inspirou a prosseguir nas pesquisas! Obrigado Professor Kostin pelas orientações fornecidas no nosso curso e pela amizade demonstrada no compartilhamento de seu imenso cabedal de conhecimentos. Finalizando, Professor Adriano Lauro, retomo as palavras iniciais para ratificar que Deus tem um plano para cada um de nós. Sua presença nesta banca foi muito especial e eu agradeço muito pelos comentários e observações, tempero essencial para finalizarmos este relatório de pesquisa!

*Não há nada de errado com aqueles que não gostam de política, simplesmente serão governados por aqueles que gostam.*

Platão

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo avaliar se a reaproximação com os Estados Unidos da América, por ocasião da transição governamental no período do Presidente Jair Bolsonaro, causou alterações no relacionamento internacional com os países do entorno estratégico brasileiro, especificamente no que se refere à Cooperação Militar Internacional da Força Aérea Brasileira, no período entre 2015 e 2022. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise estatística, com foco no teste bivariado de hipótese. As técnicas selecionadas foram o teste do Qui-quadrado, que avalia a significância estatística entre variáveis, e o teste Cramer V, utilizado para verificar a força dessa relação. Os dados obtidos foram agrupados de acordo com as seguintes atividades: frequência de voos; cursos, estágios e conferências; intercâmbios; operações e manobras; reuniões de alto nível; visitas e outros. A Política Nacional de Defesa estabelece a priorização do relacionamento com o entorno estratégico, o que torna o resultado desta pesquisa um instrumento indicador dos resultados das políticas escolhidas pelos governantes. O ineditismo da pesquisa é ratificado pelo reduzido número de trabalhos acadêmicos nesta linha, conjugado com a disponibilização de dados militares e a aplicação de métodos quantitativos em uma área predominantemente dominada pela utilização de métodos qualitativos. Comprovou-se estatisticamente que as atividades de cooperação militar da Força Aérea Brasileira executadas de cursos, estágios, conferências e intercâmbios sofreram alterações devido à aproximação do país com os EUA. O principal efeito observado foi o aumento da procura pelas atividades citadas nos EUA em detrimento da realização destas atividades no Entorno estratégico.

**Palavras-chave:** cooperação militar; defesa; intercâmbio; política externa; relações internacionais.



## **ABSTRACT**

*This research aims to assess whether the rapprochement with the United States of America, on the government transition during the period of President Jair Bolsonaro, caused changes in the international relationship with countries in Brazil's strategic surroundings, specifically regarding International Military Cooperation. of the Brazilian Air Force, in the period between 2015 and 2022. Bibliographic research, documentary research and statistical analysis were used, focusing on bivariate hypothesis testing. The techniques selected were the Chi-square test, which evaluates the statistical significance between variables, and the Cramer V test, used to verify the strength of this relationship. The data obtained was grouped according to the following activities: flight frequency; courses, internships, and conferences; exchanges; operations and maneuvers; high-level meetings; visits and others. The National Defense Policy establishes the prioritization of the relationship with the strategic environment, which makes the results of this research an instrument to indicate the results of the policies chosen by governments. The originality of the research is confirmed by the small number of academic works in this line, combined with the availability of military data and the application of quantitative methods in an area predominantly dominated using qualitative methods. It was statistically proven that the Brazilian Air Force's military cooperation activities, including courses, internships, conferences, and exchanges, have undergone changes due to the country's rapprochement with the USA. The main effect observed was the increase in demand for the activities mentioned in the USA to the detriment of carrying out these activities in the strategic surroundings.*

**Keywords:** *military cooperation; defense; exchange; foreign policy; international relations.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do PIB e das despesas do MD .....	18
Quadro 1 - Compilação dos dez princípios básicos do liberalismo .....	29
Quadro 2 – Síntese das escolas da Teoria das Relações Internacionais .....	34
Quadro 3 - Comparação da política externa brasileira entre 2003 e 2019 .....	40
Quadro 4 - Últimas unidades de decisão da política externa .....	42
Quadro 5 – Uso de dados quantitativos nas revistas de Ciências Sociais (1997 a 2012).....	57
Figura 2 – Método de pesquisa .....	58
Figura 3 – Metodologia utilizada.....	61
Figura 4 – Atividades de Cooperação Militar Internacional executadas .....	66
Figura 5 – Pousos de aeronaves oficiais no Brasil .....	66
Figura 6 – Atividades de Cooperação Militar Internacional executadas .....	67
Figura 7 – Pousos de aeronaves oficiais no Brasil .....	67
Quadro 6 – Análise dos resultados estatísticos EUA X Entorno estratégico .....	81
Quadro 7 – Distribuição do Qui-quadrado .....	95

## LISTA DAS TABELAS

Tabela 1 – Atividades executadas e pousos realizados por região .....	68
Tabela 2 - Países com maior relacionamento na Cooperação Militar e nos pousos ...	68
Tabela 3 – Síntese dos dados a serem analisados .....	69
Tabela 4 – Frequência de voos .....	70
Tabela 5 – Cooperação planejada (cursos, estágios e conferências) .....	70
Tabela 6 – Cooperação executada (cursos, estágios e conferências) .....	71
Tabela 7 – Índice de cancelamento (cursos, estágios e conferências).....	71
Tabela 8 – Cooperação planejada (intercâmbios) .....	72
Tabela 9 - Cooperação executada (intercâmbios) .....	73
Tabela 10 – Índice de cancelamento (intercâmbios) .....	73
Tabela 11 – Cooperação planejada (operações e manobras) .....	74
Tabela 12 - Cooperação executada (operações e manobras).....	74
Tabela 13 – Índice de cancelamento (operações e manobras) .....	75
Tabela 14 – Cooperação planejada (reuniões).....	75
Tabela 15 - Cooperação executada (reuniões).....	76
Tabela 16 – Índice de cancelamento (reuniões) .....	77
Tabela 17 – Cooperação planejada (visitas, outros).....	77
Tabela 18 - Cooperação executada (visitas, outros) .....	78
Tabela 19 – Índice de cancelamento (visitas, outros).....	78
Tabela 20 – Cooperação planejada (todas as atividades).....	79
Tabela 21 - Cooperação executada (todas as atividades).....	79
Tabela 22 – Índice de cancelamento (todas as atividades) .....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BREXIT	Saída do Reino Unido da União Europeia
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
COMAER	Comando da Aeronáutica
COW	Índice <i>Correlates of War</i>
CRS	Complexo Regional de Segurança
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FA	Forças Armadas
GFP	<i>Global Fire Power</i>
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e outros
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PROSUL	Foro para o Progresso da América do Sul
PSDB	Partido Social da Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Relações Internacionais
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1.1 Problema da pesquisa</b> .....	19
<b>1.2 Objetivo geral</b> .....	19
<b>1.3 Objetivos específicos (OE)</b> .....	20
<b>1.4 Delimitação do estudo</b> .....	20
<b>1.5 Relevância do estudo</b> .....	21
<b>1.6 Organização da pesquisa</b> .....	22
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	24
<b>2.1 Teoria das Relações Internacionais</b> .....	24
2.1.1 A Escola Realista/Neorrealista.....	45
2.1.2 A Escola Liberal/Neoliberal .....	48
2.1.3 A Escola Construtivista .....	32
<b>2.2 Avaliação da situação política vigente</b> .....	35
2.2.1 Período entre 2015 e 2018 .....	35
2.2.2 Período entre 2019 e 2022.....	38
<b>2.3 A Cooperação Militar Internacional</b> .....	48
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	54
<b>3.1 Pesquisa documental</b> .....	54
<b>3.2 Pesquisa bibliográfica</b> .....	55
<b>3.3 Análise estatística</b> .....	56
<b>3.4 Amostragem e variáveis</b> .....	62
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	65
<b>4.1 Dados obtidos</b> .....	65
<b>4.2 Resultados: os cálculos estatísticos</b> .....	69
<b>4.3 Análise dos resultados estatísticos</b> .....	80
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	84
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	87
<b>APÊNDICE A</b> .....	92

## 1 INTRODUÇÃO

No Sistema Internacional cada país desempenha um importante papel na manutenção do equilíbrio existente desde a Paz de *Westfalia*<sup>1</sup>. Este papel internacional será determinado pelas aspirações internas traduzidas em suas Políticas de Defesa e demais ordenamentos legais existentes, destacando-se duas necessidades básicas: a sobrevivência e a busca pela independência interna.

Assim, cada país será motivado a se desenvolver em suas cinco expressões do poder nacional<sup>2</sup>, definido como sendo a capacidade de se alcançar, e posteriormente manter, os objetivos nacionais elencados (Brasil, 2020). Dahl (1957) define poder como a capacidade de um ator impor uma vontade a outro, resultando em uma ação realizada que não aconteceria naturalmente. Esses atores poderão ser desde indivíduos até países e que o poder sempre estará ligado a uma relação e a uma causa (Dahl, 1957). Castro (2012) complementa com um apanhado de diversas definições de poder, destacando-se sempre o elemento comum de se impor a vontade sobre os demais para a obtenção de resultados desejados, influenciando o ambiente circundante (Castro, 2012, p.168-171).

A República Federativa do Brasil estabelece em sua Carta Magna de 1988 os princípios que regerão o relacionamento internacional do país e de seus órgãos. O Artigo 4º enumera dez preceitos, dentre os quais destacam-se, para a Cooperação Militar Internacional, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (Brasil, 1988).

Contudo, o parágrafo único deste artigo fornece um maior direcionamento aos esforços a serem envidados, a nível macro: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. (Brasil, 1988).

Não obstante a busca pela paz e pela Cooperação Internacional, “é essencial que o país dedique contínua atenção à defesa nacional, haja vista a condição sistemática de instabilidade dos relacionamentos entre os países e a emergência de novas ameaças no cenário internacional.” (Brasil, 2020, p. 7). Por esta razão, a Política

---

<sup>1</sup> Corigliano (2014) propõe dez diferentes configurações do Sistema Internacional, desde Westfalia até os dias atuais, transitando pelas duas guerras mundiais, pela bipolaridade da Guerra Fria e pelo sistema unipolar pós desmembramento da União Soviética.

<sup>2</sup> Expressão política, expressão econômica, expressão psicossocial, expressão militar e expressão científica e tecnológica (Escola Superior de Guerra, 2019).

de Defesa busca direcionar os esforços dos mais diversos setores do país conjugando-os em prol do bem-estar da população.

Alinhada com a Constituição Federal, a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), ratificam a necessidade de cooperação, apontando dois eixos básicos: buscar a integração com os países do entorno estratégico<sup>3</sup> e estabelecer parcerias com os países amigos sob o aspecto tecnológico (Brasil, 2020). Vislumbra-se aqui o esforço na seleção de parceiros mais desenvolvidos que possam estabelecer relações de transferência de conhecimentos e de tecnologia capazes de alavancar o crescimento nacional e consolidar sua segurança internacional. Simultaneamente, esta busca por parceiros mais desenvolvidos compete com a necessidade de integração regional, mantendo-se o objetivo elencado na PND/END.

Importante destacar que a Defesa deve se pautar por princípios citados na PND, dos quais se destacam o multilateralismo e a inserção do País nos processos decisórios internacionais, o que conduz à manutenção de trocas, principalmente, com a América do Norte e Europa (regiões de tradicionais relações). Segundo a Política Nacional de Defesa,

A história, contudo, demonstra que as relações de força desempenham papel relevante na interação estatal, de forma que “nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte”, conforme defendido por José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. (Brasil, 2020, p. 13).

A obtenção e manutenção desta “força” necessária para consolidar a paz e a segurança da população brasileira exige a coordenação de esforços de todos os aspectos dos Poderes Nacionais, destacando-se, em função dos objetivos desta pesquisa, o aspecto Militar. Iniciativas como “modernização dos equipamentos das Forças Armadas e a qualificação do seu capital humano, além da discussão de conceitos, de doutrinas, de diretrizes e de procedimentos de preparo e emprego da expressão militar” (Brasil, 2020, p. 8) justificam as ações desenvolvidas através da Cooperação Militar Internacional.

A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2020) serão baseadas em três pilares básicos: o desenvolvimento, a diplomacia e a Defesa. Neste último pilar, mais específico do Ministério da Defesa, são citados 18

---

<sup>3</sup> A PND/END inclui no entorno estratégico os países sul-americanos, a costa ocidental da África e a Antártica (Brasil, 2020).

posicionamentos (Brasil, 2020, p.20), destacando-se sobre o ponto de vista da Cooperação Militar Internacional:

- II – Apoiar o multilateralismo no âmbito das Relações Internacionais;
- III – Atuar sobre a égide de Organismos Internacionais, visando a legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, e conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais;
- V - Participar de Organismos Internacionais, projetando cada vez mais o País no concerto das nações;
- VI – Participar de operações internacionais, visando contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos;
- VIII – Sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins;
- IX - Promover o intercâmbio com países de maior interesse estratégico no campo de defesa;
- XIV - Manter as Forças Armadas adequadamente preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e prover a adequada capacidade de dissuasão (Brasil, 2020, p. 20).

Verifica-se que para alcançar essa perspectiva na PND eficiente, uma das ferramentas necessárias é a Cooperação Militar Internacional, o que proporcionará importantes trocas de tecnologia, de doutrinas e de conhecimentos, além do fortalecimento da imagem do país no exterior. Esta atividade ajudará na obtenção das Capacidades Nacionais de Defesa descritas na Estratégia Nacional de Defesa (END): “Capacidades de Proteção, de Dissuasão, de Pronta-resposta, de Coordenação e Controle, de Gestão da Informação, de Mobilidade Estratégica e de Mobilização”. (Brasil, 2020, p. 33).

Segundo Didier Júnior (2019), a cooperação envolve interação, buscando colaboração através do compartilhamento e tendo como finalidade o aperfeiçoamento. Waxse (2012) cita a cooperação como sendo um trabalho conjunto para benefício mútuo. Granata (2014) destaca que as empresas buscam a cooperação para sobreviverem ou para obterem melhores desempenhos, sendo essencial para a evolução. Sintetizando os três autores, tem-se que a cooperação militar pode ser definida como a atividade conjunta entre Forças Armadas de diversos países, buscando colaboração e compartilhamento de conhecimentos, com a finalidade de obterem benefícios mútuos que possam ajudar na consecução de seus objetivos.

Para o desenvolvimento desta atividade no Comando da Aeronáutica, a 2ª Subchefia do Estado-Maior é responsável pelo gerenciamento das relações internacionais da Força Aérea Brasileira (FAB). A 2ª Subchefia é composta por cinco seções assim distribuídas: 1ª Seção – responsável pela coordenação dos Adidos



Militares da Aeronáutica, sejam os brasileiros no exterior ou os estrangeiros no Brasil; a 2ª Seção – responsável pela análise estratégica e de inteligência; a 3ª Seção – responsável pelas comunicações e, também, pela coordenação das autorizações de sobrevoo das aeronaves militares; a 4ª Seção – responsável diretamente pela Cooperação Militar Internacional (acordos, cursos, intercâmbios, entre outros) e a 5ª Seção – responsável pela coordenação das missões de paz e do relacionamento com os principais organismos internacionais (ONU, OEA, entre outros).

Em termos gerais, a Seção de Cooperação Militar Internacional da Aeronáutica busca atividades de integração com os países latino-americanos, com destaque para os vizinhos do Brasil, e busca aproximação tecnológica e doutrinal com os Estados Unidos da América (EUA) e mais alguns países da Europa. Para facilitar a coordenação das atividades é realizado um agrupamento geográfico por região: um setor é responsável pelo relacionamento com as nações da América Central e América do Sul; outro setor cuida do relacionamento com os países da América do Norte e África; um terceiro setor fica responsável pela Eurásia e Oceania; e um último setor se responsabiliza por todas as trocas na área de educação (envio e recebimento de militares para realizarem cursos de interesse)<sup>4</sup>.

As atividades da Seção de Cooperação Militar Internacional da Aeronáutica refletem as necessidades básicas e operacionais da Força Aérea, que estarão relacionadas, e ligadas, com a política nacional em curso.

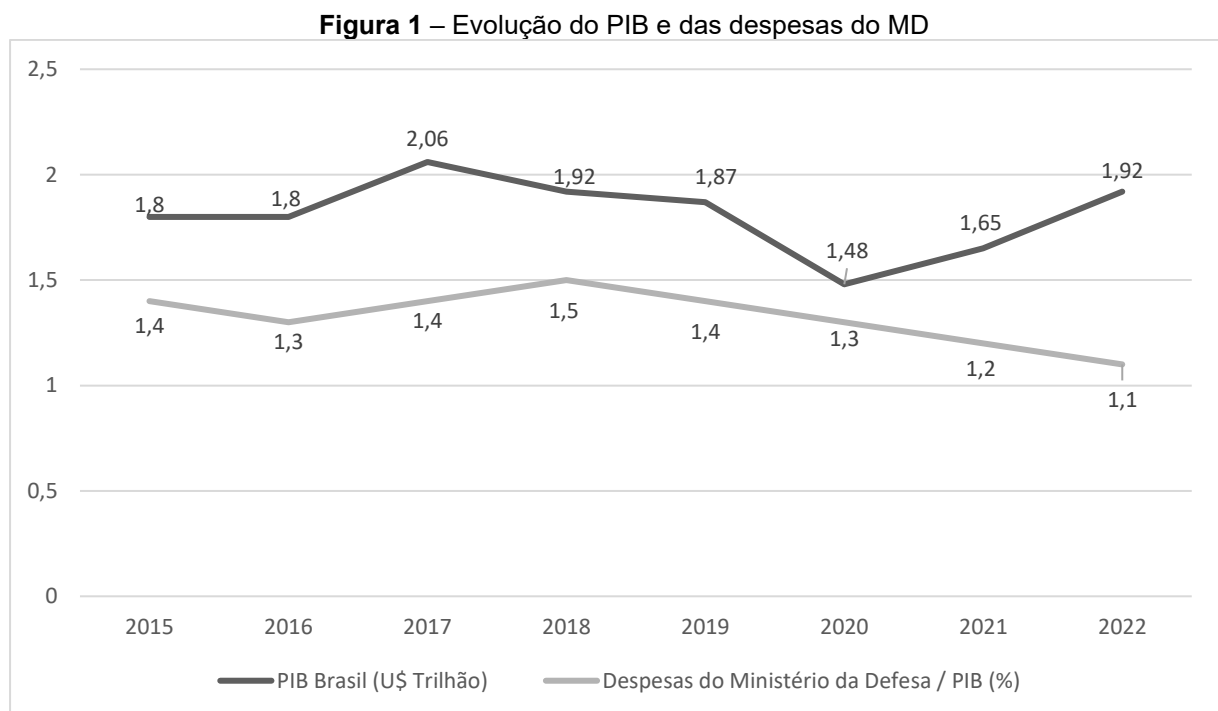
É natural que diferentes governos em países democráticos estabeleçam alinhamentos políticos com outros países conforme suas tendências e aspirações. Observou-se que no período entre 2004 e 2013, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, o governo brasileiro buscou o protagonismo internacional com políticas direcionadas ao estabelecimento de uma liderança no Sul, através de um processo de integração regional na América do Sul, o esforço para solidificar o multilateralismo (destacando-se a consolidação dos BRICS), e a manutenção de uma política externa pragmática (Galinari, 2019).

A partir de 2019, com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro e a formação de seu ministério, principalmente com a escolha do Embaixador Ernesto Araújo para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, observou-se uma reaproximação institucional com os EUA, o que elevou o país à condição de aliado extra OTAN e

---

<sup>4</sup> Importante destacar que esta divisão é dinâmica e pode variar. O citado no texto foi retirado da experiência do autor entre os anos de 2018 e 2020.

assinatura do acordo de salvaguardas tecnológicas, entre outros acordos. Apesar de a mudança de governo ter gerado um realinhamento com os EUA, analisando-se os dados fornecidos pelo Banco Mundial, observou-se uma diminuição constante das despesas militares em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). A figura 1, construída com base nos dados obtidos no site do Banco Mundial<sup>5</sup>, ilustra a variação do PIB entre 2015 e 2022 (expressa em trilhões de dólares) juntamente com a variação das despesas do Ministério da Defesa (expressa em porcentagem do PIB):



Fonte: O Autor, 2023.

Kostin, Guerra e Gavião (2024) registraram a diminuição de recursos destinados ao Ministério da Defesa no período, destacando a instabilidade orçamentária como principal causa. Os autores citaram que na América do Sul o Brasil é o país com maior investimento absoluto em Defesa (seu investimento é maior do que a soma dos países em segundo, terceiro e quarto lugares), contudo em porcentagem do PIB, o país fica em sexto lugar apenas (Kostin; Guerra; Gavião, 2024).

O artigo publicado por Kostin, Guerra e Gavião (2024) confirma um ponto de mudança em 2020, quando o PIB que estava diminuído consegue se recuperar e voltar a crescer, enquanto, simultaneamente, o orçamento da Defesa continua a reduzir constantemente.

<sup>5</sup> Fonte: Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>).

Esse novo cenário para as relações internacionais do país naturalmente traz um potencial de deterioração de acordos com outros países, que outrora possuíam maior posição de destaque e protagonismo. Pensando-se nesta possibilidade, decidiu-se pela elaboração da pesquisa para analisar quais seriam as consequências (positivas e negativas) da aproximação do País nesse realinhamento com os EUA.

### **1.1 Problema da pesquisa**

O problema da pesquisa consiste na verificação, através de estudos estatísticos, se as atividades de Cooperação Militar Internacional da Força Aérea Brasileira, e do sobrevoo de aeronaves militares do Brasil, sofreram alterações estatisticamente significativas, no período entre 2015 e 2022, em relação aos EUA e aos países do entorno estratégico brasileiro.

Este problema gerou duas questões de pesquisa (QP) com base na hipótese de que possa ter havido alteração das relações internacionais com os países do entorno estratégico brasileiro, medida através das atividades de cooperação militar e sobrevoo de aeronaves militares, em decorrência da transição governamental:

QP1: Que atividades de cooperação militar e sobrevoo de aeronaves militares do Brasil com os EUA e países do seu entorno estratégico sofreram alterações estatisticamente significativas no período entre 2019 e 2022?

QP2: Quais os possíveis efeitos para o Brasil e para os países do Entorno estratégico, em relação às atividades que sofreram alterações estatisticamente significativas no período entre 2019 e 2022?

### **1.2 Objetivo geral**

Analisar, através de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise estatística de dados, se o realinhamento com os EUA causou alterações no relacionamento internacional brasileiro com os países do seu entorno estratégico, especificamente no que se refere à Cooperação Militar Internacional da Força Aérea Brasileira, entre 2019 e 2022.

### 1.3 Objetivos específicos (OE)

OE1: Levantar dados da cooperação militar internacional da FAB, entre 2015 e 2022, sobre:

- a) a quantidade de cursos, estágios e conferências realizados no Brasil e no exterior, atentando para o país escolhido;
- b) a quantidade de intercâmbios realizados no Brasil e no exterior, atentando para o país escolhido;
- c) a quantidade de operações militares e de manobras realizadas no Brasil e no exterior, ntando para o país escolhido;
- d) a quantidade de reuniões de alto nível realizadas entre os Chefes de Estado-Maior da Aeronáutica do Brasil e dos países amigos nos diversos continentes;
- e) a quantidade de visitas e de outras atividades extras, realizadas no Brasil e no exterior, atentando para o país escolhido; e
- f) a quantidade de autorizações de sobrevoo emitidas e recebidas dos diversos países que se relacionam com o Brasil.

OE2: Analisar estatisticamente os dados levantados em relação aos períodos de governo considerados, com a utilização do teste do Qui-quadrado e de Cramer V, agrupando-se EUA x entorno estratégico;

OE3: Analisar estatisticamente os dados levantados em relação aos períodos de governo considerados, com a utilização do teste do Qui-quadrado e de Cramer V, agrupando-se a taxa de cancelamento das atividades de cooperação.

OE4: Avaliar os possíveis efeitos no Brasil e no seu entorno estratégico, em relação às atividades que sofreram alterações estatisticamente significativas no período entre 2019 e 2022.

### 1.4 Delimitação do estudo

O estudo realizado se desenvolverá no lapso temporal compreendido entre os quatro anos anteriores ao Governo de Jair Bolsonaro e o seu mandato (2015 a 2022), obtendo-se assim parâmetros igualitários que possam proporcionar uma comparação equilibrada. Com a finalidade de considerar a homogeneidade temporal dos dados analisados, o período compreendido entre 2015 e 2018 foi designado “Governo 1”, enquanto o período subsequente, de 2019 a 2022, foi designado “Governo 2”.

Quanto às variáveis a serem estudadas, limitou-se ao Comando da Aeronáutica, com foco nas ações de Cooperação Militar Internacional, e nos sobrevoos realizados por aeronaves militares estrangeiras no Brasil, simultaneamente com os sobrevoos de aeronaves militares brasileiras no exterior.

A coleta destes dados foi realizada junto ao Estado-Maior da Aeronáutica, através de planilhas de controle das principais atividades realizadas no período elencado. Foram colhidos dados dos países considerados como entorno estratégico e EUA. A Política Nacional de Defesa prioriza e define qual é o entorno estratégico brasileiro, em seu item 2.1.6, "...estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica" (BRASIL, 2020).

### **1.5 Relevância do estudo**

O Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra tem como principal objetivo a formação acadêmica *stricto sensu* de pesquisadores que possam contribuir para o fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação da área da Defesa, auxiliando no assessoramento aos órgãos responsáveis pela formulação das políticas relacionadas com a Defesa. Ele possui duas linhas de pesquisa: a primeira voltada para a Geopolítica e Segurança Internacional, e a segunda voltada para Políticas, Estratégias e Planejamento de Defesa.

A proposta desta pesquisa se enquadra na segunda linha, possui relevância acadêmico-científica e se justifica pela oportunidade de avaliar os impactos causados por um governante isolado em um planejamento político de vários anos para um país. Destaca-se aqui que a análise de dados militares, nem sempre abertos, favorece o enriquecimento científico do tema a ser pesquisado.

Tomando-se por base o que está previsto na Estratégia e na Política de Defesa do país de favorecimento à integração regional com a América do Sul e com a Costa Ocidental da África (Brasil, 2020), qualquer ação de um governo isolado deve ser avaliada para se garantir o não afastamento do país daquilo previamente planejado.

Ressalta-se aqui a necessidade constante, prevista também na busca por reconhecimento internacional (fato expresso nos documentos oficiais), de

desenvolvimento tecnológico. Para tal, a aproximação do país junto às superpotências torna-se necessária, o que pode causar danos à integração regional.

Um outro aspecto a ser destacado é o limitado número de pesquisas acadêmicas nesta área, dominada por produções oriundas das escolas militares, principalmente aquelas com cursos de aperfeiçoamento de oficiais e de Comando e Estado-Maior<sup>6</sup>.

Outro ponto relevante é a atualidade do tema, tendo em vista a recente troca de governo e conseqüente expectativa de mudança do posicionamento do Brasil referente a seus interesses nacionais relacionados à política externa.

Também é importante destacar o reduzido número de pesquisas no Brasil, em relação ao campo das Ciências Sociais e Políticas que utilizam técnicas quantitativas como metodologia principal.

Por fim, o interesse pessoal no tema é justificado pelo fato do pesquisador ter trabalhado entre 2018 e 2020 como chefe da Seção de Cooperação Militar Internacional do Comando da Aeronáutica, sendo encarregado neste período de todas as relações de cooperação entre o Brasil e demais países amigos no campo da aeronáutica.

Ratifica-se assim a relevância desta pesquisa que poderá contribuir para a análise acadêmica de mais uma fase da história do Brasil e dos conseqüentes impactos decorrentes da política adotada pelos governantes eleitos no período. O presente estudo poderá analisar se houve influência na esfera militar, limitada ao Comando da Aeronáutica, de escolhas realizadas a nível presidencial.

Destaca-se também a possibilidade de realização de novos estudos para ampliação da pesquisa, estendendo-se a análise para outros períodos, ou para outras instituições, ou para outras Forças.

## **1.6 Organização da pesquisa**

A dissertação está organizada em cinco capítulos assim distribuídos: introdução, revisão da literatura, metodologia, análise dos dados e conclusão.

---

<sup>6</sup> Os cursos de aperfeiçoamento de oficiais são cursos a nível de curso de extensão, realizados, em geral, por tenentes e capitães. Possuem em geral a duração de seis meses a um ano, sendo ministrados isoladamente em cada Força. Já os cursos de Comando e Estado-Maior são cursos a nível de pós-graduação, com duração entre um e dois anos, em geral realizados por majores e tenentes coronéis.

O Capítulo 1 apresentou a introdução da pesquisa, reunindo parte da legislação pertinente e apontando os fatos que levaram ao problema encontrado. Delimitou o espaço temporal a ser utilizado e reduziu o tamanho da população a ser estudada, destacando a relevância do trabalho para o ambiente acadêmico e militar.

O Capítulo 2 realiza a pesquisa bibliográfica, enriquecendo o relatório final com o embasamento teórico que suportará os resultados encontrados. A revisão de literatura verifica a existência de outros pesquisadores que tratam do mesmo tema, autenticando a relevância e o ineditismo desta pesquisa. O embasamento teórico é dividido em três eixos: o alinhamento com uma escola de análise pertencente à Teoria das Relações Internacionais; pesquisas publicadas que analisam a política externa brasileira do período estudado; e publicações acadêmicas sobre a cooperação militar internacional.

O Capítulo 3 discorre sobre a metodologia aplicada na pesquisa. Ele explicita a importância da pesquisa bibliográfica e documental e fornece o embasamento teórico necessário para a realização da análise estatística dos dados colhidos. Justifica, ainda, a escolha dos dados que serão analisados e prepara esta análise.

O Capítulo 4 executa a análise dos dados obtidos junto ao Comando da Aeronáutica e testa, estatisticamente, a hipótese levantada no Capítulo 1, preparando e fornecendo suporte aos argumentos que serão apresentados no capítulo seguinte.

O Capítulo 5 conclui a pesquisa, aponta as limitações e destaca possibilidades de aprofundamentos relacionados ao tema.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão de literatura e o embasamento teórico estão divididos em três partes: a primeira faz uma alusão à sustentação teórica da pesquisa, focando no embasamento das teorias de relações internacionais; a segunda apresenta uma análise da política externa no período; e a terceira realiza uma revisão do material produzido sobre cooperação militar internacional.

Iniciando-se o embasamento teórico, este relatório apresenta um resumo das principais escolas da Teoria das Relações Internacionais, buscando aquela que se adequa melhor ao contexto brasileiro no período estudado.

### 2.1 Teoria das Relações Internacionais

Desde 1648 quando foi assinada a Paz de Westfália, as Relações Internacionais (RI) passaram a ter uma atenção especial no campo acadêmico, resultando na separação dos assuntos internos dos externos. A Paz de Westfália baseava-se em duas premissas básicas: a soberania de cada país dentro de seu próprio território; e a não interferência em assuntos internos de outros países, mantendo a integridade territorial. Ela foi um marco para a Teoria das Relações Internacionais (Sarfati, 2005).

Ainda sobre a Paz de Westfália, Mainka (2021) complementa que ela foi a primeira iniciativa, inovadora até então, para a resolução de conflitos de forma multilateral, fossem eles de causas políticas, religiosas ou territoriais. Até então, estes problemas eram resolvidos por mecanismos tradicionalmente bilaterais (Mainka, 2021). Para Silveira (2020), o Sistema Internacional conhecido atualmente é o resultado das acomodações de poder e de vários acordos assinados no evento citado. Para Cruz (2022) Westfália representa o nascimento do conceito de estado-nação e o surgimento da legitimidade para o governo de cada território, com soberania plena, livre de interferências externas. Kissinger (2015) afirma que Westfália ajudou na construção de estruturas internacionais que favoreceram o livre comércio, promoveu um sistema financeiro estável, originou regras e princípios para a resolução de disputas entre os países e estabeleceu normas de conduta nas guerras.

Antes desta data não havia Estados e, somente depois de 1919, as RI surgiram como uma cadeira acadêmica, inicialmente subordinada à disciplina de Políticas Sociais



para depois, um pouco mais tarde, obter sua independência como curso isolado (Sarfati, 2005). O caráter multidisciplinar e a variação entre uma perspectiva unipolar e multipolar caracterizam os principais aspectos desta disciplina em constante discussão e evolução, apesar de ter mantido ao longo dos anos o mesmo objeto de estudo, traduzido pela busca de respostas aos seguintes temas: causas das guerras e sua prevenção, segurança interna/externa e cooperação internacional (Sarfati, 2005).

Observa-se que as interpretações das questões afetas às relações internacionais de um país não serão restritas a um só paradigma, transitando pelas diversas escolas surgidas no pós Segunda Guerra Mundial. Com isto, ao se analisar um problema internacional, será possível iniciar-se pela linha realista clássica, para depois se transitar pelo liberalismo ou pelo construtivismo.

Relembra-se aqui que com o fim da Guerra Fria, onde o mundo experimentou um bipolarismo (EUA x URSS), houve um momento de unipolarismo norte-americano e hoje se percebe um multipolarismo com a ascensão da China e retorno da Rússia ao cenário mundial juntamente com outros atores globais. Faz-se importante lembrar o papel das teorias: explicar o mundo em que vivemos e ajudar prever situações futuras.

Na estruturação desta pesquisa, foi realizada uma análise teórica de três linhas a serem utilizadas para a compreensão da Cooperação Internacional: o realismo/neorrealismo, utilizando-se Kenneth N. Waltz como autor central (Waltz, 2002); o liberalismo/neoliberalismo, com a escolha de Robert O. Keohane como principal teórico (Keohane, 1993); e o construtivismo, focando em Alexander Wendt como seu autor mais relevante (Wendt, 1992).

Iniciando-se pela linha neorrealista, torna-se necessário uma breve introdução sobre o movimento realista e suas principais características. Selecionou-se para tal, Hans Joachim Morgenthau e sua obra “A política entre as nações: a luta pelo poder e paz” (Morgenthau, 2003).

### 2.1.1 A Escola Realista/Neorrealista

Morgenthau (2003) baseia sua teoria em seis princípios: a política é governada por leis objetivas baseadas na natureza humana, agindo sempre com racionalidade (lei do menor esforço, reação com base em padrões repetitivos, etc.); os interesses políticos serão sempre definidos em termo de poder, na sua manutenção ou no seu aumento (a identidade de interesses e a ausência de interesses conflituosos constitui

forte vínculo entre indivíduos e entre Estados); os interesses são dinâmicos e mudam sempre, assim países ideologicamente distintos são regidos pelos mesmos interesses de manter ou de conquistar mais poder, assim toda ação política deve ser julgada e dirigida em termo de interesses (único padrão constante); o Estado é o único autor das relações internacionais e os princípios morais não podem ser aplicados ao Estado (único princípio moral válido é o da sobrevivência e sua maior virtude é a prudência); os atores internacionais não podem ser submetidos a nenhuma norma supra estatal nem a um preceito moral que governe o mundo; e eles são soberanos interna e externamente (anarquia internacional) tendo como fato que a política interna é bem diferente da política externa de um Estado (Morgenthau, 2003).

Sintetizando, no realismo clássico, o Estado é o único ator no sistema anárquico internacional, busca sempre aumentar o seu poder ou manter seu nível de poder. Suas ações serão sempre racionais e objetivas baseadas na natureza humana. Morgenthau escreveu sua obra no pós Segunda Guerra mundial e representa um marco na Teoria das Relações Internacionais (Bittencourt, 2017).

Segundo Castro (2012), Kenneth Neal Waltz representou um ponto de inflexão no pensamento voltado às relações internacionais, sendo considerado por muitos como o sucessor de Morgenthau em termos de importância acadêmica/intelectual, além de ter fundado a escola neorrealista estrutural.

Waltz inicia a base de sua teoria com sua tese de doutorado, transformada em livro, com o nome de “O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica”, publicado inicialmente em 1959. Segundo Waltz (2004) para se alcançar a paz seria necessário entender as causas que motivam o estado de guerra, dividindo-se esta análise em três níveis (ou imagens): a natureza humana, a organização interna dos Estados e o sistema dos Estados (anarquia internacional). No primeiro nível, Waltz conclui que as guerras ocorrem devido à natureza “estúpida e egoísta” do homem, devido aos seus impulsos agressivos. No segundo nível, o autor afirma que as guerras são consequências da organização interna de cada Estado - instabilidades internas podem conduzir a conflitos externos. Já no último nível, a guerra é decorrente da anarquia internacional, pois não havendo uma ordem internacional, cada país age de acordo com seus interesses (Waltz, 2004).

Em seu livro “Teoria das Relações Internacionais”, Waltz lança as bases para o neorrealismo: abordagem sistêmica das relações internacionais (com métodos científicos), inclusão da importância dos atores não estatais, valorização das estruturas

internacionais como fator de compreensão das relações, decisões racionais dos Estados analisando sempre as vantagens (custo X lucro), autoajuda (cada Estado busca a sua própria sobrevivência), busca ou manutenção do poder, anarquia internacional e a consequente balança do poder (Waltz, 2002).

Na concepção de Waltz, a política interna de um país pode influenciar o sistema internacional, principalmente se for uma nação com importância global dentro da anarquia existente. O autor destaca que as interações ocorrem ao nível das unidades, assumindo a importância dos atores não estatais e sobretudo da estrutura que moldará o comportamento de cada unidade. Nos sistemas políticos internos as unidades do sistema apresentarão uma relação de superioridade e subordinação (centralização e hierarquia), enquanto no nível externo haverá uma relação de cooperação (descentralização e anarquia) (Waltz, 2002).

Na teoria neorrealista a Cooperação Militar Internacional será explicada sobre dois aspectos principais: a estrutura e a anarquia internacional.

A estrutura do Sistema Internacional é caracterizada pela falta de ordem e de organização, influenciada pelos grandes atores, onde cada unidade procura seu próprio bem. Waltz (2002) caracteriza esta estrutura como um “vale quase tudo” (Waltz, 2002, p. 129). Todos os estados buscam sua sobrevivência, alguns buscam o aumento do poder e outros buscam a manutenção deste poder. Esta estrutura influenciará o comportamento das unidades participantes e afetará todas as relações entre eles. No caso da Cooperação Militar Internacional, os países buscarão trocas que favoreçam sua sobrevivência e que possam oferecer a manutenção de seu nível de poder ou de aumento dele.

Partindo-se para o aspecto anarquia internacional, a estrutura das relações internacionais irá limitar a Cooperação Militar Internacional devido as unidades buscarem por formas de se defenderem uns dos outros (condição de insegurança) e garantirem assim sua sobrevivência. “Um estado também se preocupa para que não se torne dependente de outros através de esforços cooperativos e trocas de bens e serviços” (Waltz, 2002, p. 148). A incerteza afetará a cooperação e esta preocupação condicionará o comportamento dos entes da estrutura (Waltz, 2002).

Um outro aspecto explorado por Waltz (2002) é o fato da estrutura ser afetada pelas unidades de maior poder. Desta feita, na Cooperação Militar Internacional, os países buscarão trocas com as unidades de maior poder ou, se não for possível, buscarão trocas com outras unidades que propiciem ganhos que favoreçam o equilíbrio

na balança de poder, tendo sempre como base para suas ações a autoajuda definida por Waltz (2002).

Mearsheimer (2001) afirma que a cooperação é possível, apesar de ser difícil sua obtenção e manutenção, em especial pela preocupação com os possíveis ganhos para o país e com a “trapaça” do outro país (o não cumprimento do que foi acordado). Para o autor, os Estados cooperam com a finalidade de manutenção de sua balança de poder, ou para derrotarem um inimigo comum, ratificando sua visão realista de sempre se preocupar com sua segurança e sobrevivência (Mearsheimer, 2001).

Para a visão realista, a cooperação se assemelha ao “dilema de Rousseau da caça ao servo”. Nesse dilema, os primeiros homens caçadores possuíam a escolha de realizar a caçada juntos, cooperando para que todos obtivessem seu alimento através da divisão do cervo caçado. Entretanto, se algum caçador abandonasse o grupo e optasse por caçar um coelho para si mesmo, todo o restante do grupo ficaria sem alimento. Traduzindo, segundo Rezende (2013), devido à anarquia internacional, o melhor cenário de cooperação torna-se difícil de se concretizar.

Da mesma forma como foi desenvolvido na linha neorrealista, são expostas algumas características da corrente liberalista como preâmbulo para a apresentação da teoria neoliberal focada em Robert O. Keohane e na Teoria da Interdependência.

### 2.1.2 A Escola Liberal/Neoliberal

Rallo (2019) apresenta os dez princípios básicos da ordem político liberal: individualismo político e igualdade jurídica (base ética da teoria); liberdade, propriedade, contratos e reparação dos danos (pilares principais da teoria); a livre associação civil, o livre mercado e o governo limitado (três instituições essenciais); e a globalização (generalização de toda a ordem política anterior). O quadro 1 resume o trabalho de Rallo (2019).

**Quadro 1** - Compilação dos dez princípios básicos do liberalismo

Conceitos	Princípios básicos	Descrição
Base Ética da Teoria	1. Individualismo Político	O sujeito moral do liberalismo é o ser humano, agente autônomo que persegue seus projetos vitais de forma deliberada.
	2. Igualdade jurídica	Todos os indivíduos possuem os mesmos direitos e se submetem às mesmas normas legais.
Pilares Principais da Teoria	3. Liberdade pessoal	É o direito mais básico e fundamental que garante sua capacidade soberana de agir.
	4. Propriedade privada	A liberdade compreende o direito de usar e desfrutar dos bens adquiridos pacificamente.
	5. Autonomia nos contratos	Cada indivíduo tem o direito de usar suas propriedades para atingir seus objetivos sem sofrer interferência de outros.
	6. Reparação dos danos	Com respeito à liberdade de cada um, aqueles que violam os direitos alheios devem reparar os danos causados.
Instituições Essenciais da Teoria	7. Livre associação civil	Todos os indivíduos possuem o direito de se associar com outras pessoas, de cooperar para o atingimento de seus objetivos.
	8. Livre mercado	O direito da livre associação pode ser utilizado para a produção de bens e serviços, cooperando para atingir o fim pretendido.
	9. Governo limitado	A função do governo é limitar-se a somente proteger os direitos individuais, criando associações políticas para isso.
Generalização da Ordem	10. Globalização	A ordem política liberal é uma ordem global pois todos os indivíduos possuem os 9 direitos citados anteriormente.

Fonte: Rallo, 2019.

Castro (2012) sintetiza o liberalismo clássico como teoria que valoriza o papel de outros autores (internos e externos) além do Estado, destacando sua faceta voltada para o pacifismo e a cooperação dos agentes, tendo por base as seguintes premissas: a lógica da boa-fé, a cooperação, a interação normativa e igualitária, e a aceitação e partilha de normas e valores mundiais capazes de articularem a paz (Castro, 2012).

A nível da Cooperação Militar Internacional, o liberalismo destaca a importância das organizações internacionais e empresas multinacionais como atores efetivos em uma dinâmica de cooperação/conflito. O tema mais importante será a economia e percebe-se uma tendência à interdependência das nações – tema explorado por Keohane no neoliberalismo.

Robert Owen Keohane foi um dos críticos do neorealismo e principal nome do neoliberalismo, defendendo duas importantes faces desta teoria: o institucionalismo e a interdependência.

Keohane (1993) sustenta que para se entender a política mundial torna-se importante o conhecimento e a compreensão da descentralização e da institucionalização, cujas variações afetam os comportamentos dos governos. Segundo o autor, a capacidade de comunicação e de cooperação internacional dependerão destas instituições e seus efeitos nos Estados, entendendo-se que a cooperação somente será viável se houver interesses mútuos e a possibilidade de se obter benefícios decorrentes.

Keohane (1993) explica que existem três formas de instituições internacionais: as organizações intergovernamentais formais ou não governamentais internacionais – organizações capazes de controlar as atividades entre os Estados; os regimes internacionais – instituições utilizadas em relações internacionais com regras claras e aceitas pelos Estados; e as convenções, que são instituições informais que possuem regras e entendimentos implícitos que geram expectativas nos agentes.

Estas instituições, segundo Keohane (1993), serão muito importantes para as ações entre os agentes pois afetarão o comportamento desses, em vários níveis, desde os líderes até os decisores. Importante destacar que pequenos grupos internos terão uma maior coesão e força do que as instituições internacionais na política estatal – *“la presión de los intereses internos y la de aquellos generados por la competitividad del sistema de los Estados, ejercen efectos mucho más fuertes en la política estatal que las instituciones internacionales...”* (Keohane, 1993, p. 21).

Nos sistemas internacionais relativamente institucionalizados os Estados possuem a capacidade de exercer influência através de normas diplomáticas, ou de redes financeiras transnacionais, ou de alianças (Keohane, 1993). O autor ratifica que o neoliberalismo se afasta da “versão ingênua” do liberalismo que afirma que as repúblicas estão mais inclinadas à paz do que ao nepotismo. Destarte, a cooperação deve ser planejada e negociada através de ações políticas e da utilização da influência, exigindo-se: uma renovada atenção às organizações internacionais; uma destacada observação dos significados existentes nos regimes internacionais; e uma profunda compreensão das convenções internacionais que vão sendo trocadas no decorrer dos anos (Keohane, 1993).

Estas convenções internacionais fizeram emergir a noção de interdependência complexa, que se caracteriza pelas relações entre os países industrializados democráticos, sendo definida pela percepção da ineficácia do uso ou ameaça de uso da força entre os estados, o que ajuda na criação de convenções ou regimes que

deslegitimam as ameaças de uso da força (Keohane, 1993). Kissinger (1975) ampliou o conceito supracitado afirmando que o mundo havia se tornado interdependente em economia, nas comunicações e nas aspirações humanas e Brown (1972) complementou destacando a conseqüente existência de um mundo sem fronteiras.

Keohane e Nye (2001) sinalizam que a interdependência envolverá sempre custos e/ou benefícios na relação, restringindo a autonomia em um jogo que não necessita ser “soma zero” (quando um lado ganha o outro necessariamente perde). Neste sentido, atores menos dependentes poderão utilizar a relação de interdependência como uma fonte de poder de barganha de um assunto em disputa – interdependência assimétrica (Keohane; Nye, 2001). Os autores destacam também que a interdependência não significa ausência de conflitos, mas sim que estes assumem formas diferentes das habituais.

Um outro ponto importante a ser destacado é a dimensão de sensibilidade e de vulnerabilidade nas relações de interdependência, principalmente aquelas que envolvem o poder, aqui definido como a habilidade de um ator fazer com que outros atores façam algo que de outra forma não fariam (Keohane; Nye, 2001). A sensibilidade envolverá graus de capacidade de resposta na estrutura formada, apresentando a mensuração financeira da velocidade de resposta e o impacto devido às mudanças ocorridas. Já a vulnerabilidade pode ser definida como a suscetibilidade do ator receber os impactos financeiros impostos por eventos externos resultantes de alterações políticas (Keohane; Nye, 2001). Em suma, a sensibilidade indicará a velocidade de resposta diante de mudanças e a vulnerabilidade indicará o impacto destas mudanças. Esta última possui maior relevância na interdependência ao ser provido recursos de poder entre os atores, principalmente pela dimensão estratégica (Keohane; Nye, 2001).

Por fim, os autores afirmam que quanto mais dependentes forem os atores, mais propensos a serem afetados serão, com o detalhe de que pequenos estados podem possuir grande coesão política interna, o que os tornarão menos dependentes externamente (Keohane; Nye, 2001). De modo análogo, alguns regimes internacionais possuem, com frequência, importantes efeitos em relações interdependentes que envolvem poucos ou muitos países em um assunto específico (Keohane; Nye, 2001).

Retomando a particularidade citada anteriormente sobre a interdependência complexa, Keohane e Nye (2001) a definem como uma estrutura onde outros atores (não estatais) podem participar diretamente no mundo político, mundo este sem uma hierarquia clara, e onde a força é um instrumento inútil de política. As principais

características da interdependência complexa são: os múltiplos canais de conexão entre as sociedades (organizações transnacionais); a agenda das relações interestatais não hierarquizada claramente; e a força militar não usada entre os atores quando prevalece a interdependência complexa (Keohane; Nye, 2001).

Em termos da Cooperação Militar Internacional, as instituições existentes favorecerão ações neste sentido, sobretudo se houver uma interdependência entre os Estados. As trocas serão facilitadas, principalmente pela existência de múltiplos canais de comunicação e de trocas entre os atores.

Prosseguindo no embasamento focado nas escolas da Teoria das Relações Internacionais, a Escola Construtivista é apresentada, com destaque dado a Alexander Wendt.

### 2.1.3 A Escola Construtivista

Ao iniciar a terceira linha, Zehfuss (2001) explora o crescimento da importância do construtivismo para a Teoria das Relações Internacionais, afirmando haver mais de uma corrente neste sentido. O autor cita Alexander Wendt, Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil.

Onuf (1989) defende que a anarquia internacional não é permanente como o que foi definido pelos realistas. Ele explica que as relações internacionais são passíveis de constantes mudanças, tal como qualquer outro fenômeno social. Para o autor, o conhecimento produzido em relação ao mundo guiará o comportamento humano e as relações internacionais, que não terão os Estados como atores unitários e nem racionais (Onuf, 1989).

A linha apresentada por Alexander Wendt popularizou o termo construtivismo (Zehfuss, 2001). O autor discorre que Wendt apresentou um enfoque sociológico e psicológico em sua teoria construtivista, criando uma realidade social fruto das interações entre os atores e a estrutura que os envolve.

Na visão de Zehfuss (2001), Wendt define o construtivismo com base em dois fundamentos essenciais: as ações dos atores são fundamentadas em significados e o significado é criado pela interação dos atores, e o autor complementa que a estrutura só existe e possui algum poder se for considerada como um processo, uma prática constante dos atores. Wendt (1992) institui que as estruturas serão constituídas pelos significados coletivos que disciplinarão as ações de acordo com as instituições –



definidas por Wendt (1992) como um conjunto estável de identidades e interesses. Estrutura, processo e instituições são os pilares da teoria aperfeiçoada por Wendt (1992) que pretende, ainda, estabelecer uma ponte entre liberais e neorealistas. O autor desenvolve uma argumentação explicando que as instituições internacionais podem transformar as identidades estatais e seus interesses (Wendt, 1992).

Um aspecto central da teoria de Wendt é a sua afirmação de que a autoajuda e o poder político são instituições construídas socialmente na anarquia onde as identidades e interesses são transformados pela instituição da soberania e pela evolução da cooperação (Wendt, 1992). Neste sentido, a institucionalização será um processo de internalização de novos interesses e identidades. O autor rebate a afirmação de Waltz (2004) que ratifica a anarquia como a causa da guerra que vai acontecer, pois nada pode evitá-la, desenvolvendo o conceito de estrutura de identidade e interesse. Para Wendt (1992) o princípio fundamental da teoria social construtivista é que *“people act toward objects, including other actors, on the basis of the meanings that the objects have for them”*<sup>7</sup> (Wendt, 1992, p.396), e destaca que esta interação recíproca será fundamental para que sejam criadas e ativadas as estruturas sociais permanentes que irão definir as identidades e interesses dos atores. Sem a ação dos atores nas normas estabelecidas, a identidade desaparecerá (Wendt, 1992).

Para ratificar o conceito anterior, Wendt (1992) cita o exemplo da União Européia que segundo ele, após 40 anos de cooperação, transformaram a interdependência positiva em uma nova identidade coletiva, *“the European states of 1990 might no longer be the states of 1950”*<sup>8</sup> (Wendt, 1992, p. 418). Esta transformação das identidades e interesses (de competição para cooperação) é explicada e bem explorada por Wendt (1992), que ressalta a lentidão na transformação e o desaparecimento das restrições antes existentes, confirmando que os atores não se enxergam mais negativamente.

O autor confirma que para esta transformação acontecer deverá haver uma razão plausível para se interpretar com novos termos e ao mesmo tempo deverá oferecer mais lucros do que prejuízos na mudança (sanções impostas por outros atores). Wendt (1992) cita que a transformação ocorrerá em quatro estágios: a quebra do consenso anterior sobre as restrições das identidades; um exame crítico das ideias

---

<sup>7</sup> As pessoas agem em relação aos objetos, com a inclusão de outros atores, tendo como base para esta ação o significado que os objetos possuem para elas (tradução nossa).

<sup>8</sup> Os Estados europeus de 1990 podem não mais serem os Estado de 1950 (tradução nossa).

sobre si mesmo e das estruturas e interações que as sustentavam; a modificação das identidades e interesses dos demais atores que embasavam este sistema de interação; e a recompensa que encorajará esta prática (Wendt, 1992).

Wendt (1987) iniciou esta teoria com o problema agente-estrutura (do ponto de vista ontológico e do ponto de vista epistemológico), onde lançou a ideia de que a realidade é construída através de uma interação permanente entre os agentes e as estruturas (ideias compartilhadas, conhecimento coletivo). As ações dos atores reproduzem ou transformam as sociedades onde vivem e, simultaneamente, a sociedade é constituída dos relacionamentos entre os atores – os agentes humanos e a estrutura social são interdependentes (Wendt, 1987). A aproximação estruturalista foi utilizada para a resolução do problema citado. Nesta visão, os estados podem ser compreendidos em função dos efeitos decorrentes das relações internas com outros estados e suas interações no campo político econômico, onde as estruturas internacionais e domésticas gerarão as regras de interação dos Estados (Wendt, 1987).

Sintetizando as diversas escolas apresentadas até aqui, tem-se:

**Quadro 2 - Síntese das Escolas da Teoria das Relações Internacionais**

Fundamentação Teórica					
Teoria das Relações Internacionais (TRI)					
	Realismo	Neorealismo	Liberalismo	Neoliberalismo	Construtivismo
Autores	Morgenthau	Keneth Waltz	John Locke	Robert Keohane	Alexander Wendt
Atores	Somente o Estado	Inclusão de outros	Mercado, Estados	Instituições	Internos e externos
Poder	Aumento/ Manutenção	Aumento/ Manutenção	Cooperação	Cooperação	Fruto da interação entre atores e estrutura
Racionalidade	Menor esforço	Custo X Lucro	Igualdade jurídica	Interdependência	Construída nas relações
Moral	Único princípio é a sobrevivência	Autoajuda	Boa fé, liberdade, igualdade	Boa fé, liberdade, igualdade	Variada (dependerá da socialização)
Interesses	Dinâmicos	Dinâmicos	Livre mercado globalização, propriedade	Interesses mútuos	Varia de acordo com as interações
Outros		Abordagem sistêmica	Governo limitado	Institucionalismo	Constante mudança

Fonte: O Autor, 2023.

Relacionado com a Cooperação Militar Internacional, percebe-se que o construtivismo oferece uma abordagem mais moderna e adequada ao relacionamento do Brasil com seus vizinhos sul-americanos, oferecendo a oportunidade de maior interação e integração. As críticas realizadas por Wendt (1987) ao neorrealismo e ao liberalismo possuem forte e ampla argumentação, resultando na boa aceitação da teoria construtivista. Por esta teoria, a anarquia internacional, e consequentemente a cooperação militar internacional, será socialmente construída, podendo possuir arquiteturas diversas, “a partir da socialização dos Estados, podendo ser de matriz hobbesiana, tal qual descrita pelos realistas; lockeana, internalizada pelo interesse; e kantiana, internalizada pela amizade” (Rezende, 2013, p.62).

Com esta parte do embasamento teórico finalizada, torna-se necessário avaliar a situação política brasileira no período.

## 2.2 Avaliação da situação política vigente

Rezende (2013) afirma que a cooperação militar não pode ser analisada fora do contexto da cooperação entre os Estados, sendo necessário avaliar a situação política do momento. Por este motivo, neste segmento do embasamento teórico, serão avaliados o período de governo no Brasil entre 2015 e 2018 e de 2019 a 2022.

### 2.2.1 Período entre 2015 e 2018

Silva (2019) utiliza-se da Teoria de Charles Hermann<sup>9</sup> para avaliar a mudança da política externa no momento de transição entre o governo Dilma Rousseff e Michel Temer. O autor destaca a importância do Presidente no processo de mudança da política externa, principalmente pelo fato do mesmo ter sido responsável pela escolha do chanceler que iria coordenar todos os esforços neste campo (Silva, 2019). Ele explica, ainda, que a queda dos preços das *commodities*, a diminuição das exportações para a China, a eleição de Donald Trump nos EUA, a eleição de presidentes de centro direita na América do Sul e o *BREXIT*, constituíram os principais fatores externos a

---

<sup>9</sup> Segundo Charles Hermann, existem quatro fontes de mudança na política externa de um país: o líder e seu poder político, a burocracia com sua corrente institucional, a reestruturação doméstica com segmentos impulsionando as mudanças e, por último, choques externos com capacidade de impactar os países.

causar a instabilidade internacional que favoreceu o *impeachment* e a mudança na política externa brasileira (Silva, 2019).

Complementando, segundo Galinari (2019, p.195), a era do PT foi marcada pelo fato de que “os princípios ideológicos do PT (Partido dos Trabalhadores) se combinaram com as políticas que já estavam em curso desde a redemocratização, o que fez com que a “virada à esquerda” fosse relativamente suave em matéria de política externa”. O autor apontou cinco aspectos principais que se destacaram na política externa neste período: a busca pelo protagonismo internacional, a luta pelo estabelecimento de uma liderança no Sul, a liderança no processo de integração regional na América do Sul, o esforço para reforçar o multilateralismo (destacando-se a consolidação dos BRICS), e a manutenção de uma política externa pragmática, mesmo com a presença da ideologia da esquerda.

Miranda (2019) registra a queda desta sistemática durante o segundo governo Dilma Rousseff. Segundo o autor, o aumento da presença da China no continente sul-americano e fatores internos implicaram na redução das viagens presidenciais aos seus vizinhos, com redução da liderança regional. Para Barros e Gonçalves (2019), a liderança regional do Brasil apresentou retração a partir de 2013, tendo sido observado passividade e relativa omissão em 2015 e 2016.

Segundo Silva (2019), rompendo com a era do PT, o governo Temer nomeou José Serra e depois Aloysio Nunes, ambos senadores do PSDB, para comandarem o Ministério das Relações Exteriores, o que resultou em uma guinada nos rumos da política externa brasileira. O autor cita várias vezes em seu artigo o termo “desideologização” da política externa, buscando-se uma ação mais pragmática e objetiva, fato contestado por Galinari (2019), que afirma não ter ocorrido o rompimento com as amarras ideológicas de esquerda, e, sim, uma guinada destas amarras para a direita.

Contudo, o que se constatou de fato foi que “as ações de Temer visaram sustentação doméstica, com uma força legitimadora externa com a ideia de um governo responsável política e economicamente sendo legitimadora do rito do *impeachment*” (Silva, 2019, p. 34). O autor finaliza esclarecendo que, dentre os quatro pontos defendidos por Charles Hermann (liderança, burocracia, realinhamento das forças domésticas e choques externos), somente os dois últimos realmente ajudaram na mudança da política externa, enquanto o MRE (burocracia) agiu em sentido oposto, oferecendo resistência, além de ser constatado a falta de um líder presidencial para

apoiar as ideias e iniciativas da diplomacia brasileira. Tal fato resultou em “um estado de impasse e de espera em meio ao cenário internacional instável e a proximidade das eleições de 2018” (Silva, 2019, p. 35).

Miranda (2019) acrescenta que houve um não reconhecimento do processo de *impeachment* pela UNASUL, o que favoreceu a diminuição do interesse brasileiro na região. “As opções políticas da gestão Temer e este tensionamento das relações com a UNASUL ajudam a explicar o relativo abandono da prioridade atribuída à região ao longo desta quadra.” (Miranda, 2019, p.131). O autor cita ainda o posicionamento brasileiro contra a situação encontrada na Venezuela e sua posterior suspensão do MERCOSUL, fato que ratificou o esvaziamento das iniciativas para a integração regional sob a liderança do Brasil (Miranda, 2019).

Barros e Gonçalves (2019) afirmam que o vácuo de poder deixado pelo governo brasileiro, neste período, foi responsável pelo surgimento de iniciativas fracionadas dos países vizinhos, destacando-se a criação do Grupo de Lima<sup>10</sup> e a criação do Fórum PROSUL. Os autores registraram a evolução do motivo de criação do grupo de Lima, inicialmente com o objetivo de promover o diálogo entre oposição e governo, e, a partir de 2019, com a finalidade de reconhecer *Juan Guaidó* como presidente legítimo, autoproclamado, da Venezuela (Barros; Gonçalves, 2019).

Moreira (2020) destaca, ainda, a priorização dos temas comerciais (captação de investimentos e produção de acordos comerciais) e a retomada do tema segurança fronteiriça como destaques da Política Externa Brasileira no governo Temer.

No período de transição entre o Governo Temer e o Governo Bolsonaro, Van Klaveren (2020) realizou uma análise na América Latina e constatou um nacionalismo crescente na região, o que causou a rejeição da delegação de soberania e da institucionalidade internacional, reduzindo as características de cooperação multilateral. Além da América Latina, o autor observou que esse afastamento se iniciou com os EUA, que anteriormente havia baseado sua política externa, e de cooperação, na defesa dos direitos humanos e promoção da democracia. Tal fato também foi

---

<sup>10</sup> O Grupo de Lima surgiu em 08 de agosto de 2017 com a finalidade de buscar uma solução à crise venezuelana, não sendo caracterizado como uma organização internacional e sim como um mecanismo *ad hoc*. Participaram da reunião e assinaram a Declaração de Lima 12 países, a saber: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Canadá, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru. Outros países foram se incorporando nas Declarações conforme o agrupamento foi se reunindo (Barros; Gonçalves, 2019, p. 15).

observado com o Reino Unido, outrora na vanguarda da globalização (Van Klaveren, 2020).

O autor reforça que outrora a América Latina sempre esteve na vanguarda da cooperação multilateral, principalmente nas áreas de direitos humanos, direito penal internacional, proibição do uso da força, direito do mar, sistema antártico, comércio internacional, meio ambiente e proibição do uso de armas nucleares, o que representava uma característica essencial de sua inserção no sistema internacional (Van Klaveren, 2020). O autor destaca que esta crise, de nível global, ao multilateralismo reflete uma erosão nas instituições regionais de cooperação, ratificando um aumento no grau de desconfiança nessas instituições, amplificada, ou não, de acordo com o governo do momento.

### 2.2.2 Período entre 2019 e 2022

Com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, verificou-se uma guinada radical à direita na política externa brasileira, confirmando-se um rompimento com os objetivos do governo anterior. Segundo Galinari (2019),

A submissão da nova política externa brasileira aos interesses estadunidenses no que se refere, entre outras coisas, à crise venezuelana, à questão migratória, ao conflito árabe-israelense e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU aproximaram sobremaneira o governo Trump do governo Bolsonaro. Na verdade, há décadas o Brasil não era tão próximo aos EUA (Galinari, 2019, p. 208).

O autor destacou as cinco principais linhas de ação do governo Bolsonaro: alinhamento<sup>11</sup> subserviente aos EUA, distanciamento de antigos aliados ligados à esquerda (PT), aproximação de países governados por grupos de direita ou extrema direita, revisão da importância dada anteriormente ao multilateralismo e à integração regional, e mudança brusca na posição do Brasil em relação à questão árabe-israelense (Galinari, 2019).

Sá Guimarães *et al* (2023) acrescentam que, juntamente com Bolsonaro, cinco facções políticas também ascenderam ao poder: um grupo ideológico, um grupo

---

<sup>11</sup> Rezende (2013) define alinhamento como sendo um conceito mais amplo de aliança, onde são criadas expectativas para um maior grau de cooperação futura, com maior possibilidade de trocas e de apoio. Os alinhamentos, segundo o autor, poderão conter alianças, coalizões, comunidades de segurança e parcerias estratégicas.

evangélico, um grupo do agronegócio, um grupo militar e, por fim, um grupo neoliberal. A primeira facção é identificada por seguidores de Olavo de Carvalho, que defende ideais ultraconservadores de política externa. A segunda facção, a evangélica, possuía foco no estreitamento das relações com Israel. Já a terceira facção, a do agronegócio, lutava pelo relaxamento das políticas de preservação do meio ambiente, buscando a garantia de um comércio internacional estável, principalmente em relação à China. A quarta facção, a dos militares, desejava um nacionalismo forte, com grande preocupação com a questão de soberania, principalmente em relação à Amazônia. Por último, a quinta facção, a dos neoliberais, almejava o ingresso do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além da realização de profundas reformas voltadas para o mercado (Sá Guimarães *et al*, 2023).

Em seus artigos, Galinari (2019) e Vidigal e Bernal-Meza (2020), enumeram as principais ações do governo Bolsonaro que marcaram a sua política externa:

1. Posicionamento contrário ao multilateralismo;
2. Afastamento de países ligado ao PT (Venezuela, Cuba, Nicarágua etc.) e retorno aos parceiros tradicionais (EUA, Europa ocidental);
3. Retirada do país da UNASUL e ingresso no PROSUL;
4. Alinhamento aos EUA (apoio às restrições imigratórias, compra de trigo americano e criação de escritório de negócios em Jerusalém);
5. Tratamento do MERCOSUL como tema secundário; e
6. Redução da importância dada à Argentina, transferindo para o Chile.

Moreira (2020) afirma que a Política Externa Brasileira do governo Bolsonaro foi caracterizada pela ruptura dos procedimentos diplomáticos, ratificando-se a ideia de desideologização, foco na economia e na segurança nas fronteiras. O autor complementa destacando a mensagem do Presidente Bolsonaro ao Congresso Nacional, elencando os principais tópicos de seu governo no tocante à Política Externa: assuntos estratégicos, diplomacia bilateral e multilateral, integração regional, comércio exterior e diplomacia econômica, comunidades brasileiras no exterior e fluxo migratório, cooperação internacional, e segurança, defesa e inteligência (Moreira, 2020, p.13).

Pinheiro e Santos (2022) questionam o paradoxo do governo Bolsonaro, representado pelo fato de ser obrigado a conciliar o enfraquecimento/neutralização da capacidade de formulação de políticas do Ministério das Relações Exteriores em prol da renovação da política externa, que necessita desta mesma habilidade de implementar novas diretrizes. Os autores citam como exemplo a oposição ao

multilateralismo e ao universalismo na política externa e à crítica ao “globalismo” e ao “climatismo”, demonstrando uma posição contrária aos valores centrais do Itamaraty que por anos nortearam a presença brasileira no cenário internacional (Pinheiro; Santos, 2022).

Vidigal (2019) e Lima e Albuquerque (2022), por outro lado, defendem que a principal característica da política externa do governo Bolsonaro foi o alinhamento “caudatário” do país ao governo americano e à sua política externa, declarando que “pode-se inferir que houve entendimento prévio entre Trump e Bolsonaro, por meio de assessores e familiares, tornando a política externa brasileira um espelhamento forçado da política externa norte-americana” (Vidigal, 2019, p.5). O autor construiu um quadro comparativo da política externa brasileira de 2003 até 2019:

**Quadro 3** - Comparação da política externa brasileira entre 2003 e 2019

Tema/Gestão	Lula da Silva	Dilma Roussef	Michel Temer	Jair Bolsonaro
Comércio(ênfase)	Multilateralismo	Multilateralismo	Bilateralismo	Bilateralismo
ONU/Organizações internacionais	Participação ativa. Promoção de mecanismos regionais	Baixo perfil, atuação discreta, defesa dos direitos humanos	Baixo perfil, atuação discreta, ênfase em temas econômicos	Participação ativa, reivindicação de respeito à soberania e ataque a ONGs.
EUA	Compartilhamento de valores e interesses. Diálogo fluido.	Parceria econômica e política relevante. Desconfianças.	Parceria tradicional. Busca de solução para barreiras não-tarifárias	Parceria abrangente em todas as áreas. Cooperação econômica e militar
Integração	Integração sul-americana: Mercosul, Unasul	Integração sul-americana: Mercosul, Unasul	Mercosul, Aliança do Pacífico. Afastamento da Unasul	Mercosul, Aliança do Pacífico. Afastamento da Unasul
Venezuela	Membro pleno do Mercosul	Membro pleno do Mercosul	Suspensão do Mercosul	Suspensão do Mercosul, mudança de regime
China	Comércio, investimento, Brics	Comércio, investimento, Brics	Comércio, investimento, Brics	Comércio, investimentos com ressalvas
União Europeia. Europa	Parceria estratégica. Defesa do acordo Mercosul-EU	Parceria estratégica. Defesa do acordo Mercosul-UE	Busca de acordo regional de comércio Mercosul-EU	Apoio ao acordo Mercosul-EU. Atritos com a França

Fonte: Vidigal, 2019, p. 4.

Segundo o autor, percebe-se uma continuidade entre o governo Temer e o governo Bolsonaro, destacando-se neste último um alinhamento “acrítico”, e sem reciprocidade, com os EUA, com assimilação das diretrizes relativas à política externa daquele país: guerra comercial e tecnológica com a China, diálogo com Taiwan, sintonia



com Israel e oposição ao governo de Maduro na Venezuela (Vidigal, 2019, p.15). Vidigal e Bernal-Meza (2020) complementam, afirmando que Bolsonaro apresentou uma mudança nos rumos iniciais de sua política externa devido à crise na Venezuela e aos interesses do agronegócio no mercado chinês. Os autores acrescentam que o ingresso na China na economia política da América do Sul havia deslocado o Brasil de seu lugar no MERCOSUL, enfraquecendo a liderança regional brasileira (Vidigal; Bernal-Meza, 2020).

Os autores citaram a teoria da transição hegemônica para traçar um paralelo entre a transição na política externa dos anos entre 1902 e 1912, mudando o foco de interesse nacional do Reino Unido para os EUA, para uma suposição de transição hegemônica atual, passando dos EUA para a China.

Por outro lado, Gonçalves e Teixeira (2020) destacam as motivações ideológicas como principais motores que impulsionaram a política externa brasileira no governo Bolsonaro. Os autores complementam que tal fato pode colocar o Brasil em grande desvantagem e insegurança no plano internacional. Para eles, “o êxito da política externa depende tanto da clara definição de quais são os interesses nacionais quanto da capacidade de previsão de sua repercussão junto aos atores internacionais, com os quais o Estado se relaciona” (Gonçalves; Teixeira, 2020).

Os autores citam a variação da proximidade da política externa brasileira em relação aos EUA, principal foco para a identidade desde a independência do Brasil. Segundo eles, houve variação entre o posicionamento “americanista” e “globalista”. No primeiro posicionamento, há uma maior aproximação junto aos EUA, que passa a funcionar como eixo da política externa brasileira, havendo uma crença de que isto auxilia no incremento dos recursos de poder ao Brasil (maior comércio, maiores investimentos, maiores trocas etc.). Já no posicionamento “globalista” a política externa brasileira assume uma característica de maior independência, diversificando suas parcerias e aumentando-se o poder de barganha nacional (Gonçalves; Teixeira, 2020).

Uma outra variação na política externa brasileira é apontada por Saraiva e Silva (2019), que citam a transição constante entre a ideologia e o pragmatismo durante o governo Bolsonaro – embora os autores defendam que os dois fenômenos sejam complementares, pois uma política externa levada exclusivamente pela ideologia conduziria o país a uma utopia, enquanto o contrário (uma política exclusivamente guiada pelo pragmatismo) tenderia a ser imediatista e oportunista (Gomes Saraiva; Costa Silva, 2019). Os autores acrescentam, ainda, que a política externa ideológica é

focada em doutrinas e princípios, enquanto a política externa pragmática é baseada na utilidade e praticidade das ações.

O quadro a seguir, resumo do artigo de Saraiva e Silva (2019), elenca as principais últimas unidades de decisão de cada política, sendo divididas entre o líder dominante (indivíduo que consegue sustentar e manter uma decisão, apesar da oposição sofrida), o grupo (pessoas com certo grau de coesão com capacidade de definir uma linha de ação) e os autores autônomos (grupos que disputam uma decisão, mas sem força ou sem capacidade de forçar os demais):

**Quadro 4** - Últimas unidades de decisão da política externa

Unidades de decisão	Política externa ideológica	Política externa pragmática
Líder predominante	Ernesto Araújo Olavo de Carvalho	Hamilton Mourão Tereza Cristina
Grupos	Olavistas Grupos neopentecostais	Militares Setor da agropecuária
Principais ações	Mudança embaixada Israel Saída UNASUL Visita Taiwan Aproximação Israel	Criação escritório Jerusalém Criação PROSUL BRICS, comércio China Aproximação países árabes
Foco	Religião, conservadorismo	Comércio, economia

**Fonte:** Saraiva; Silva, 2019 (resumo próprio)

Seguindo na mesma linha, Schutte, Fonseca e Carneiro (2019) também apontam para uma “inérita tensão com o pragmatismo econômico no que se refere ao discurso de política externa, na medida em que aspira subordinar o conteúdo econômico da inserção internacional ao sentido político-ideológico da mesma” (Schutte; Fonseca; Carneiro, 2019, p. 99). Os autores citam o fato de que o presidente Bolsonaro mobilizou a política externa para fortalecer sua posição na política doméstica, através do jogo de dois níveis<sup>12</sup>. Neste diapasão, os jogadores de ambos os níveis devem estar constantemente atentos às movimentações de ambos os níveis para aumentarem suas chances e alcançarem seus objetivos (Schutte; Fonseca; Carneiro, 2019).

Lima e Albuquerque (2022) levantam a hipótese de que Bolsonaro utiliza-se de uma ideologia anticomunista, antiglobalista, e negacionista para garantir a lealdade e sustentação de grupos específicos internos. Eles afirmam que Bolsonaro prioriza seu

<sup>12</sup> Para Robert Putnam, a política internacional e a política doméstica interagem e determinam as negociações internacionais. Os dois níveis são compreendidos pelo âmbito nacional, onde os grupos domésticos se aglutinam em associações e lutam por seus interesses próprios, e pelo âmbito internacional, onde os governos tentam satisfazer certos grupos domésticos ao mesmo tempo que buscam minimizar as adversidades na disputa do poder internacional (Schutte, Da Fonseca; Carneiro, 2019).

projeto de poder pessoal em detrimento de uma política pública sólida, utilizando a política externa como instrumento para garantir apoio e fidelidade de seu público, buscando a reeleição<sup>13</sup>. Os autores explicam que a utilização de instituições multilaterais sempre foi um artifício da política externa brasileira capaz de minimizar os efeitos da falta de poderio militar, aumentando o prestígio diplomático do país.

Esta posição pragmática também é defendida por Araujo (2008) que afirma que “a estratégia da diplomacia brasileira consistia em utilizar a concorrência entre as diferentes potências para obter a oferta mais atrativa” (Araujo, 2008, p.255). O autor complementa que não havia alinhamento automático do país com os EUA, sendo as relações entre os dois países prioritariamente pragmáticas.

Segundo Lima e Albuquerque (2022) existe uma convergência acadêmica de que a ideologia utilizada se baseia em três paradigmas: o anticomunismo, o antiglobalismo e o negacionismo climático. Casarões e Farias (2022) acrescentam ainda o nacionalismo religioso, definido na idealização da formação de uma nação influenciada pelo cristianismo e seus valores. Lima e Albuquerque (2022) citam que o anticomunismo possui correspondência a uma postura antipetista, com apoio da classe média e de parte substancial do empresariado nacional. Nesta característica é citada a possibilidade de manipulação ideológica e aproximação com países comunistas. Por outro lado, as autoras explicam que o antiglobalismo é oriundo de uma “crença de que as burocracias internacionais intervencionistas dominam as instituições multilaterais para controlar os fluxos da globalização em questões como comércio, meio ambiente, saúde pública e migração” (Lima; Albuquerque, 2022, p. 7 – tradução nossa). Para Casarões e Farias (2022) o antiglobalismo enfrenta uma teoria da conspiração em que os capitalistas financeiros conspiram com partidos de esquerda, mídia, universidades e burocracia internacional para controlarem o mundo. Quanto ao negacionismo climático, Casarões e Farias (2022) afirmam que o Governo Bolsonaro rejeita qualquer tipo de responsabilização por desastres ambientais, atribuindo causas naturais aos mesmos.

Para Casarões e Farias (2022), o antiglobalismo foi importado diretamente da narrativa de política externa no governo Trump e representa, indiscutivelmente a

---

<sup>13</sup> As autoras afirmam que praticamente todos os líderes conectaram a estratégia de política externa aos objetivos eleitorais e aos interesses dos eleitores domésticos – “*Virtually all leaders have connected foreign policy strategy to electoral goals and to the interest of domestic constituencies*” (Soares Lima; Albuquerque, 2022, p.3).

principal característica da nova política externa, com alterações bruscas nas estratégias de longa data: o universalismo brasileiro foi substituído por uma ideia estreita de parcerias internacionais; o apego inflexível pelo direito internacional cedeu lugar a um grande desprezo pelos tratados, acordos e resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU); o apoio ativo nos últimos anos pela formação da Ordem Internacional Liberal foi substituído por ataque franco e sistemático ao multilateralismo, tanto em sua retórica como na sua prática; e a defesa dos direitos humanos, principalmente no sentido de orientação sexual e gênero foram substituídos por um protecionismo aos valores “familiares” (Casarões; Farias, 2022).

Acrescenta-se aqui esta postura do governo Bolsonaro sobre direitos humanos apoiando uma agenda antigênero, com forte apoio da ala conservadora e religiosa. Seus principais ministros defendiam valores conservadores e morais, como a família tradicional, os direitos do nascituro, e a primazia da família na educação dos filhos (Lima; Albuquerque, 2022).

Um outro estudo, realizado por Sá Guimarães e outros autores, analisou mais de 2000 discursos e outras postagens de quatro membros do Governo Bolsonaro entre 2019 e 2020, identificando uma suposta teoria da conspiração centrada na figura do globalismo, utilizada para justificar a política externa escolhida no período. Segundo eles, estes membros do governo definiram o globalismo como um “conjunto de conspirações<sup>14</sup> realizadas por agências internacionais e pela China para impor o marxismo cultural por meio do uso do direito internacional contra a vontade do povo verdadeiro, visto como inerentemente nacionalista, anticomunista e cristão” (Guimarães *et al*, 2023, p. 2 – tradução nossa).

Os autores explicam, ainda, que as teorias de conspiração são utilizadas por líderes populistas que apelam às suas bases por apoio contra conspiradores, sendo estes líderes a única força capaz de reverter a situação. No caso do Brasil, eles concluem que o globalismo havia se tornado a narrativa oficial da política externa nacional, tendo sido utilizado dentro de uma estratégia de teoria da conspiração de um governo populista (Guimarães *et al*, 2023).

---

<sup>14</sup> Segundo os autores, as teorias da conspiração fornecem narrativas que resultam na canalização de ressentimentos em relação a alvos políticos, que, por sua vez, podem alimentar atitudes radicais e até violentas, podendo estar associadas a atitudes populistas, juntamente com a utilização de uma visão do bem contra o mal na política. Elas possuem capacidade de mobilizar atores políticos (Sá Guimarães *et al*, 2023).

Para Casarões e Farias (2022) a direita radical populista está estruturada em três pilares básicos: o nativismo, o autoritarismo e o populismo. O nativismo é caracterizado por uma combinação entre nacionalismo e xenofobia, originando uma dicotomia entre os nativos e os não nativos, e polarizando através de narrativas seletivas. Por sua vez, o autoritarismo é caracterizado pela crença em uma sociedade bem ordenada, com estruturas estatais e não estatais designadas para disciplinar e punir os indivíduos que ameaçam as estruturas legais e os costumes e valores morais estabelecidos. Finalizando, por populismo entende-se utilizar o antagonismo do povo contra a elite como estratégia de governo (Casarões; Farias, 2022).

Casarões e Farias (2022) acrescentam que esse populismo foi classificado como de extrema direita, alavancando a rejeição da Ordem Internacional Liberal<sup>15</sup>, que era traduzida em ações de cooperação internacional e construções de coalizões pelo multilateralismo, o que afetou as tradicionais ações do país como potência média, regional e emergente. Os autores explicam que o país utilizava como estratégia a aproximação ou afastamento da Ordem Internacional Liberal para garantir e ampliar seu poder no cenário internacional e defender seus interesses. Às vezes, a estratégia era de resistir às pretensões dos EUA de se tornarem potência global hegemônica, outras vezes, buscar um melhor reconhecimento e posicionamento dentro do Sistema Internacional (Casarões; Farias, 2022).

Estes autores complementam que a eleição de Bolsonaro foi resultado de uma onda global, com resultados semelhantes nos EUA, Israel, Hungria e Índia, possuindo uma particularidade no Brasil de fundir o antiglobalismo com um sentimento anticomunista de longa data - resultante de uma grande rejeição ao Partido dos Trabalhadores (Casarões; Farias, 2022). A rejeição à Ordem Internacional Liberal foi interpretada por Casarões e Barros Leal Farias como uma tentativa do governo Bolsonaro de moldar uma nova identidade nacional, embora muitos valores conservadores já serem historicamente internalizados no povo brasileiro (Casarões; Farias, 2022).

Outro ponto citado por Casarões e Faria (2022) foi a forte utilização da religião como componente político da política externa, principalmente com o apoio da facção

---

<sup>15</sup> A Ordem Internacional Liberal pode ser definida como uma postura caracterizada pela abertura da economia, pela participação de instituições multilaterais, pela cooperação de segurança e solidariedade democrática, e pela inclusão de valores do mundo livre, destacando-se o apoio aos direitos humanos e ao direito internacional (Casarões; Farias, 2022).

evangélica. A religião foi fundida com o nacionalismo, reforçando a ideia de um mundo de unidades etnopolíticas, o que unia a fé como parte inseparável da autodeterminação nacional, e utilizando a religião como uma estrutura mestra que fornecia uma ligação direta dos grupos apoiadores, contornando todos os partidos políticos e seus discursos (Casarões; Farias, 2022).

Guimarães *et al* (2023a) aprofundam o tema da religião através de um estudo de caso sobre o modelo evangélico adotado na política externa de Bolsonaro e a convergência de visões e interesses entre os evangélicos e governos conservadores, no tocante a assuntos internacionais. Guimarães *et al* (2023a) explicaram que a relação de Bolsonaro com os evangélicos já estava consolidada há algumas décadas, principalmente pela aliança firmada contra pautas LGBTQ+, direitos sexuais e reprodutivos e educação sexual. Embora o evangelicalismo tenha raízes no protestantismo britânico e americano do século XVIII, já no início do século XXI estima-se que a maioria da população evangélica resida no Sul global, demonstrando maior engajamento político, principalmente nos países em desenvolvimento (Guimarães *et al*, 2023a).

Guimarães *et al* (2023a) sintetizaram os principais temas internacionais de interesse evangélico presentes na literatura especializada:

- a) Relacionamento com Israel;
- b) Desigualdades econômicas e sociais globais;
- c) Necessidade de reformar instituições internacionais de acordo com os valores cristãos;
- d) As missões evangélicas, principalmente no sul global, com destaque para a América Latina e África;
- e) Perseguições às minorias cristãs;
- f) A guerra contra o terror;
- g) A imigração; e
- h) O amplo tema da sexualidade, incluindo aborto, métodos contraceptivos, direitos LGBTQ+, gênero etc.

Contudo, em sua pesquisa, os autores focaram em quatro questões principais, quatro áreas chave: o relacionamento com Israel, a perseguição ocorrida às minorias cristãs, o direito ao aborto e as missões evangélicas na África. Na primeira área chave, constatou-se alinhamento de Bolsonaro e da bancada evangélica, com neutralidade de Ernesto Araújo e posição contrária do restante do Congresso Nacional. Neste quesito,

além do pensamento cristão sobre o povo “escolhido por Deus”, alinhou-se também um interesse no combate à ameaça mulçumana realizado por Israel. (Guimarães *et al*, 2023a).

Já no segundo quesito, a perseguição aos cristãos, percebe-se um grande alinhamento entre evangélicos e a direita cristã, com um tom bastante anti-islâmico. O ponto alto foi a entrada do Brasil na Aliança Internacional de Liberdade Religiosa ou Crença, passando ao status de membro fundador, e se engajando na luta contra a cristofobia (Guimarães *et al*, 2023a). Quanto ao direito pelo aborto, terceira área, percebeu-se que a grande maioria dos evangélicos, mais de 90%, eram contrários, apesar da flexibilidade de alguns líderes a nível nacional. Segundo os autores, o executivo tendeu a se posicionar mais abertamente contra o aborto, tanto a nível presidencial, quanto ministerial, apresentando uma postura “pró-vida”. Em 2019 o país se candidatou a uma vaga no Conselho de Direitos Humanos da ONU, tendo sido eleito, com uma postura de defesa do direito à vida e à segurança das pessoas. O Brasil também foi membro fundador do *Partnership for Families*, um fórum criado para promover princípios conservadores, dentre eles a perspectiva contra o aborto. Outrossim, também demonstrou liderança no estabelecimento do Consenso de Genebra<sup>16</sup>, outra iniciativa contra o aborto (Guimarães *et al*, 2023a).

Guimarães *et al* (2023a) finalizam com a questão sobre as missões evangélicas na África, o item mais crítico na pauta da bancada evangélica no Congresso Nacional. Os autores demonstram que a pauta era crítica para a bancada evangélica, mas nem tanto para os demais congressistas e para o governo federal, o que gerou algumas tensões entre Bolsonaro e sua base de apoio. As lideranças, principalmente as da Igreja Universal do Reino de Deus, exerceram bastante pressão no Presidente, que manteve sua postura, tentando amenizar com a indicação de lideranças religiosas para postos diplomáticos no continente africano.

Ao se finalizar a revisão com foco na política externa brasileira no período, constatou-se o surgimento do fator ideológico e a variação do foco entre ideologia e pragmatismo, sendo verificado nos próximos parágrafos uma revisão sobre obras produzidas com o tema cooperação militar internacional.

---

<sup>16</sup> A Declaração ou Consenso de Genebra foi assinada em 22 de outubro de 2020 por 34 países que defendiam uma pauta mais conservadora, com foco na preocupação com a saúde das mulheres, a proteção da vida humana, o fortalecimento da família como unidade básica da sociedade e a soberania de cada nação para criarem suas próprias políticas de defesa da vida (Franco; Pinezi; Souza, 2022).

### 2.3 A Cooperação Militar Internacional

Ao se utilizar o termo exato de pesquisa “cooperação militar internacional”, o Google Acadêmico apresentou 49 resultados, embora ao se prosseguir na visualização dos mesmos, apenas 39 estavam disponíveis. Destes 39, 11 eram monografias exigidas para a conclusão de cursos da carreira militar, em sua maioria do Exército Brasileiro.

Neste ponto da revisão bibliográfica, atingiu-se um fator limitador e ao mesmo tempo desafiador da pesquisa: embora fossem encontradas obras referentes à cooperação militar internacional, uma parte dela carecia do rigor acadêmico para sua utilização. Neste ponto, houve uma limitação para o seu emprego nesta pesquisa, e optou-se pela tentativa de aproveitamento da bibliografia utilizada. Tal fato confirmou o ineditismo desta dissertação, contribuindo para o meio acadêmico.

A definição de cooperação militar internacional é muito ampla e diversificada, podendo abranger diversas atividades. Para Goldoni e Domingos Neto (2014) cooperação militar pode significar: compra, venda, aluguel ou até doação de material militar; formação e capacitação de militares; compartilhamentos de tecnologias e doutrinas militares; parcerias em projetos estratégicos; alianças militares; compartilhamento de informações; autorizações para instalações de bases militares e até o fato de fornecimento de ajuda humanitária (Goldoni; Domingos Neto, 2014).

Rezende (2013) afirma que a cooperação militar é uma ação essencial para a prevenção de conflitos, uma vez que ela pode facilitar a construção de confiança entre países que sejam inimigos ou tenham a possibilidade de ser, além de ajudar a aprofundar as relações entre países aliados. Contudo, ele explica que ela não é eficaz quando se existem diferenças políticas consideráveis entre os países que cooperam. O autor enumera alguns fatores para o sucesso da cooperação militar: compatibilidade de valores políticos internos; visão de longo prazo, observando-se a mudança dos atores ao longo do tempo; apoio doméstico; e utilização de instrumentos multilaterais para legitimação (Rezende, 2013).

Silva (2015) destaca que a cooperação militar internacional poderá ser facilitada pela ação diplomática das Forças Armadas, citando o termo Diplomacia de Defesa. O autor define Diplomacia de Defesa como a coletânea das práticas realizadas por agentes oficiais dos governos para construir e reproduzir relações militares entre os



Estados e outras organizações atuantes na política internacional (Silva, 2015). Segundo o autor, esta diplomacia se constitui na designação de adidos militares, mecanismos de cooperação, ajuda humanitária, envio de missões de paz, e exercícios militares conjuntos, dentre outras atividades. O autor reforça que em muitas situações os Ministérios da Defesa são percebidos como rivais dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores (Silva, 2015).

Harutyunyan e Davtyan (2019) defendem que a Cooperação Militar Internacional tende a possuir vários vetores na política do país, destacando-se o diplomático, o político-militar, o econômico e o comércio exterior. Os autores afirmam ser difícil manter um equilíbrio neste campo, principalmente se estão envolvidas a produção de armas e tecnologia militar, pois há um potencial de conflito entre os aspectos de segurança nacional, desenvolvimento econômico e independência política do país. “As tendências dessa cooperação muitas vezes determinam o nível de segurança nacional dos países parceiros e, em alguns casos, têm influência decisiva nos processos de segurança regional, equilíbrio militar e preservação da paz” (Harutyunyan; Davtyan, 2019, p. 288).

Harutyunyan e Davtyan (2019) esclarecem que existem três motivos básicos para a cooperação militar entre os países: o motivo econômico, onde o foco está na racionalização dos orçamentos reservados para a realização dos investimentos em pesquisas e desenvolvimentos de produtos militares; o motivo operacional, que está voltado para a promoção de interoperabilidade e padronização das diversas Forças Armadas envolvidas; e o motivo político, pelo estreitamento e fortificação das alianças com outros países. Segundo eles, a cooperação na indústria de Defesa é acompanhada pela intensificação das trocas tecnológicas militares, causando o surgimento de um problema crítico que é o aumento da interdependência entre os países em cooperação.

Keohane (2018) cita a União Europeia no caso da cooperação militar internacional, apresentando as dificuldades de conciliação de interesses existentes neste campo. O autor explica que, por exemplo, a França apresenta maior interesse em políticas eficazes para cada estrutura particular, estando pronta para iniciar intervenções militares a nível global, enquanto a Alemanha se mostra mais voltada para desenvolver processos de cooperação militar, estando propensa a participar somente em coalizões, sendo mais reativa. Paralelamente, o autor explica que a Itália e a Polônia são dois países prioritários na cooperação militar europeia: a Itália para estabilizar os

conflitos existentes nos países ao sul e a Polônia para manter uma linha de defesa contra a Rússia no leste europeu (Keohane, 2018).

Araujo (2008) ratifica as ideias de Harutyunyan e Davtyan (2019) e Keohane (2018) ao demonstrar em seu artigo a aproximação e o afastamento do Exército Brasileiro da cooperação militar com a França. Segundo o autor, grande parte da cooperação militar está ligada ao comércio de armas e equipamentos militares, além dos interesses políticos e estratégicos das nações. Como exemplo, ele cita a aproximação dos EUA junto ao Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, tendo como principal motivo americano o temor do aumento da influência nazista na América do Sul (Argentina e Brasil). Do lado brasileiro, o principal motivo foi o interesse de conseguir apoio para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Esta aproximação deteriorou as antigas relações de cooperação militar com a França, principalmente (Araujo, 2008).

Muthanna (2006) destaca o papel da cooperação militar como facilitador da criação de um ambiente de paz e estabilidade regional, auxiliando na manutenção das Forças Armadas (FA) e adequando os gastos realizados. O autor reforça que as ações de cooperação realizadas não podem prejudicar a capacidade de defesa do país, enumerando cinco fatores a serem observados: deve garantir e aumentar a segurança externa e internamente; deve aumentar os recursos próprios de defesa e militares; não pode prejudicar os interesses internos e nem prejudicar a capacidade de ação militar independente; deve estar relacionada com os recursos demandados e também relacionada com as alianças firmadas pelo país; e, por último, deve ser compatível com outros vínculos do país (alianças, tratados, etc.) (Muthanna, 2006).

Em seus estudos, Rezende (2013) ratifica a teoria da estabilidade hegemônica que afirma que o sistema internacional será mais estável sempre que houver um ator hegemônico, assegurando, por interesse próprio essa estabilidade. Neste caso, as ações de cooperação serão facilitadas.

Um outro ponto essencial apresentado por Rezende (2013) foi a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, desenvolvida por Barry Buzan e Ole Waever (2003). Para os autores, as questões de segurança internacional possuem um maior enfoque regionalista, estando mais atreladas aos países vizinhos, contudo sendo ainda influenciados pela polaridade global. A Teoria dos Complexos Regionais estabelece uma visão de cooperação em um tal nível de conexão entre os Estados que suas seguranças não podem ser consideradas separadas umas das outras (Rezende, 2013).

Nesta teoria, região não se limita à proximidade física, abrangendo uma noção maior de congruências de segurança entre os Estados (Rezende, 2013). Para Buzan e Waever (2003), Complexo Regional de Segurança (CRS) pode ser definido como “um conjunto de unidades cujos processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros” (Buzan, Waever, 2003, p.44 – tradução nossa).

Rezende (2013) ressalta que o CRS possibilita a percepção da importância das balanças de poder regionais para serem utilizadas nas análises dos cenários internacionais e nas percepções das ameaças, o que favorece a observação de como as polaridades regionais influenciarão o comportamento dos países. Tal fato é complementado por Buzan e Waever (2013) na chamada “constelação de segurança”, que para eles possui quatro níveis: o nível doméstico, onde se enquadram os relacionamentos internos; o nível de relações entre Estado-Estado; o nível de interação daquela região com outras regiões; e o nível onde se apresenta o papel que as potências globais possuem na região.

Rezende (2013) propõe um novo modelo teórico para justificar a cooperação militar internacional: o realismo ofensivo, sendo sustentado principalmente por John J. Mearsheimer.

Sua fundamentação baseia-se na premissa de que as grandes potências estarão sempre buscando a hegemonia mundial, tentando sempre ganhar poder sobre seus rivais (a autoajuda e o medo impelem a um comportamento ofensivo). Estas potências agirão assim por causa da anarquia e incerteza mundial, pela capacidade de ferir seus adversários, mesmo com a preocupação com sua sobrevivência e mantendo-se racional (Mearsheimer, 2001). Este comportamento resulta em 4 possibilidades de estrutura no sistema internacional: multipolaridade desequilibrada (maior instabilidade), multipolaridade equilibrada, bipolaridade e hegemonia regional (maior estabilidade). Um detalhe defendido por Mearsheimer é que nunca existiu uma hegemonia global – ela só seria possível se um Estado obtivesse superioridade nuclear sobre seus rivais. Com isso o máximo de poder a ser obtido seria a hegemonia regional (Mearsheimer, 2001).

Apresentando esta teoria, Rezende (2013) defende que a unipolaridade será a melhor situação para se promover a cooperação militar internacional, pois ela elimina a disputa pela balança de poder mundial e diminui os custos de manutenção da ordem.

Um detalhe importante é a unipolaridade, definida como sendo “quando um ator detém recursos grandes o suficiente para que não seja contrabalanceado, mas, ao mesmo tempo, não grandes o bastante para permitir a constituição de um império global” (Rezende, 2013, p. 87).

Alinhado com Mearsheimer (2001), Rezende (2013) reafirma sua defesa na hegemonia regional, e no equilíbrio das balanças de poder regionais, tornando-se vital a compreensão dos Complexos Regionais de Segurança defendidos por Buzan e Waever (2003). O autor afirma que na necessidade de maximizar sua segurança e garantir consequentemente sua sobrevivência, os Estados deverão seguir, ou não contrariar, os interesses da potência unipolar, ou do hegêmona regional (Rezende, 2013). Desta forma, a cooperação em defesa será maximizada pois contará com a concordância (ou não discordância) da potência unipolar (Rezende, 2013).

Rezende (2013) defende que os EUA detêm a unipolaridade, embora alguns autores (Cepik; Machado, 2011) defendam a existência de uma tripolaridade (EUA, Rússia e China) devido a estes três países possuírem também a capacidade de segundo ataque (definida aqui como uma pronta resposta a um ataque recebido), comando do espaço (garantia de acesso por meios próprios ao espaço) e a inexpugnabilidade mútua (Rezende, 2013).

Rezende (2013) analisou ainda a balança de poder na América do Sul, concluindo não haver um país detentor da hegemonia regional, simultaneamente com o deslocamento dos interesses norte-americanos para a região da Ásia. Com isso, o autor afirma que na região sul-americana, a dinâmica da balança de poder tende a ser regional. Dentre os parâmetros analisados Rezende (2013) selecionou: tamanho da população, tamanho do Produto Interno Bruto (PIB), índice Correlates of War (COW), gastos totais com a Defesa, o percentual do PIB gasto com a Defesa, o número total dos efetivos das FA, o número total dos efetivos dos Exércitos, o número total dos efetivos das Marinhas, o número total dos efetivos das Forças Aéreas, o número total dos carros de combate, o número total das peças de artilharia, o número total de submarinos, o número total de embarcações de guerra, o número total de aviões de combate, e o índice de poder militar elaborado pelo Global Fire Power (GFP). Rezende conclui que, no contexto sul-americano, o Brasil possui unipolaridade (ou quase unipolaridade) nos seguintes itens: tamanho da população, PIB, índice COW, gastos em Defesa, número total de integrantes da Força Aérea, e índice GFP. Nos itens a serem citados a seguir, o autor observou uma multipolaridade desequilibrada:

percentual do PIB gasto com Defesa, número total de integrantes do Exército, número total de integrantes da Marinha, número de carros de combate, número de peças de artilharia, número de submarinos, número de embarcações de combate, e número de aeronaves de combate. (Rezende, 2013).

A tese de Doutorado defendida por Rezende (2013) conclui que na América do Sul foi constatada uma balança de poder variável (“sobe e desce”), sendo que nos aspectos políticos e econômicos há uma forte pressão para o unilateralismo brasileiro, enquanto no aspecto militar há uma forte pressão para o multilateralismo desequilibrado. Destarte, a cooperação militar internacional, segundo Rezende (2013) apresentará variação em sua estabilidade, sendo que o autor defende o fato de que uma unipolaridade brasileira facilitará os processos de cooperação militar na região e consequente desenvolvimento da integração sul-americana.

No próximo capítulo é explicada a metodologia utilizada para a análise da cooperação militar internacional no período elencado, concentrando-se sobre a cooperação realizada pela Força Aérea Brasileira.

### 3 METODOLOGIA

A produção do conhecimento científico implica na seleção de uma metodologia que auxilie na escolha do tema, na delimitação e problematização, na formulação das hipóteses e elaboração dos objetivos, na obtenção e tratamento dos dados utilizados, não sendo possível separar o conhecimento acadêmico da metodologia escolhida. A metodologia será a estratégia utilizada na resolução do problema de pesquisa (Sampaio, 2013).

A trilha metodológica utilizada, que possibilita a reprodução desta pesquisa foi: pesquisa documental inicialmente, depois a pesquisa bibliográfica e por último a análise dos dados, cujas “técnicas estatísticas permitem aos cientistas fazerem afirmações probabilísticas sobre as evidências que coletaram” (Kellstedt; Whitten, 2021, p. 31). O primeiro passo será rever a pesquisa documental.

#### 3.1 Pesquisa documental

Em relação à pesquisa documental, Kripta, Scheller e Bonotto (2015) a definem como sendo executada com a obtenção de dados provenientes da análise de documentos originais sem um tratamento analítico anterior. Sua principal vantagem constitui na possibilidade de os dados serem reexaminados, gerando uma infinidade de interpretações.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) defendem a utilização da pesquisa documental em função da sua riqueza de informações obtidas em documentos oficiais que fornecem um robusto embasamento teórico ao trabalho realizado. Os autores destacam que há grande proximidade com a pesquisa bibliográfica, sendo diferenciada pela escolha das fontes, o que trará certa vantagem devido à utilização de fontes primárias – a pesquisa documental se baseia em fontes primárias que ainda não receberam interpretações de outros pesquisadores (Kripta; Scheller; Bonotto, 2015). Este fato resulta em uma maior aproximação direta com o objeto do estudo (Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Uma outra característica da pesquisa documental é seu baixo custo e riqueza de informações encontradas, como afirmam Lüdke e André (2018). Os autores complementam que a confiabilidade encontrada nos dados contextualizados fornecidos

constituirá uma forte evidência que fundamentará as afirmações dos pesquisadores (Lüdke; André, 2018).

Salge, Oliveira e Silva (2021) ratificam Lüdke e André (2018) e ainda acrescentam como vantagens para a pesquisa documental além de seu baixo custo, a facilidade de não exigir contato com participantes, informantes e colaboradores; a enorme vantagem histórica pela preservação dos documentos; e a veracidade dos dados registrados.

Pesquisou-se os principais documentos relacionados com a Cooperação Militar Internacional, destacando-se a Constituição Federal, o Livro Branco da Defesa, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa. Nestes documentos, conforme apresentado na introdução, constatou-se a necessidade de priorização do entorno estratégico nas relações internacionais do país.

A estratégia metodológica também contou com a pesquisa bibliográfica, principalmente na seleção dos artigos e livros utilizados.

### **3.2 Pesquisa bibliográfica**

Logo de início foi realizada uma pesquisa nos principais instrumentos de busca acadêmica com a finalidade de se verificar a existência de artigos anteriores semelhantes. Oliveira (2007) confirma que a pesquisa bibliográfica realiza o estudo utilizando a análise de documentos de domínio científico – as fontes acessadas na pesquisa são de acesso universal, disponíveis a toda a população.

Quanto à pesquisa bibliográfica, Pizzani *et al* (2012) ratificam que a revisão de literatura sobre os principais teóricos que já realizaram estudos anteriores no assunto em pauta é um poderoso auxílio ao pesquisador. Os autores afirmam que a pesquisa bibliográfica pode ser ainda chamada de revisão bibliográfica ou levantamento bibliográfico, tendo por fonte os periódicos, livros, dissertações, teses e artigos, dentre outras fontes (Pizzani *et al*, 2012).

Bocato (2006) reforça que a análise/discussão das contribuições fornecidas por diversos autores auxiliarão o pesquisador na resolução do problema de sua pesquisa. Os referenciais teóricos selecionados apresentarão diversos enfoques do objeto de estudo que demandará “um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção

lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação” (Bocato, 2006, p. 266).

Lima e Mito (2007) definem a pesquisa bibliográfica como técnica a ser utilizada nas situações em que o objeto a ser estudado possui poucas informações, sendo indicada por possibilitar “um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto”. (Lima; Mito, 2007, p. 40).

De Souza, De Oliveira e Alves (2021) destacam que a pesquisa bibliográfica se fundamenta na análise de uma teoria já divulgada, sistematizado todo o material encontrado, sendo muito importante a organização das obras que possam auxiliar o pesquisador em seu trabalho. Para os autores, “na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever o sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos” (Souza; Oliveira; Alves, p. 66, 2021).

Na seleção das obras, priorizou-se os artigos científicos relacionados com a política externa no período desta pesquisa, com a cooperação militar e, também, com as técnicas estatísticas empregadas. Utilizou-se livros para o embasamento das diversas escolas da Teoria das Relações Internacionais e, por último, foram utilizadas algumas teses e dissertações para complementar a pesquisa bibliográfica. Estes dois tipos de pesquisa, documental e bibliográfica, foram utilizados para o início do estudo. Uma vez obtidos os dados, a metodologia se concentrou na análise estatística.

### **3.3 Análise estatística**

Para o tratamento dos dados obtidos neste trabalho, optou-se pela utilização da análise estatística, priorizando o método quantitativo, em contraste com a grande quantidade de pesquisas não quantitativas. Neste sentido, Neiva (2015) realizou um estudo avaliando a utilização de dados e métodos quantitativos entre 1997 e 2012, no Brasil, nas revistas de ciências sociais. A publicação de artigos que não se utilizam de números é superior a 70% neste período, embora a utilização de métodos avançados estatísticos tenha aumentado (Neiva, 2015).

O quadro 5, extraído do artigo de Pedro Neiva (2015) ilustra este fato:



**Quadro 5:** Uso de dados quantitativos nas revistas brasileiras de ciências sociais (1997 a 2012)

Uso de dados quantitativos	Quantidade	Porcentagem
Nenhum número	3.620	73,3
Estatística básica	1.033	20,9
Estatística avançada	284	5,8
Total	4.937	100

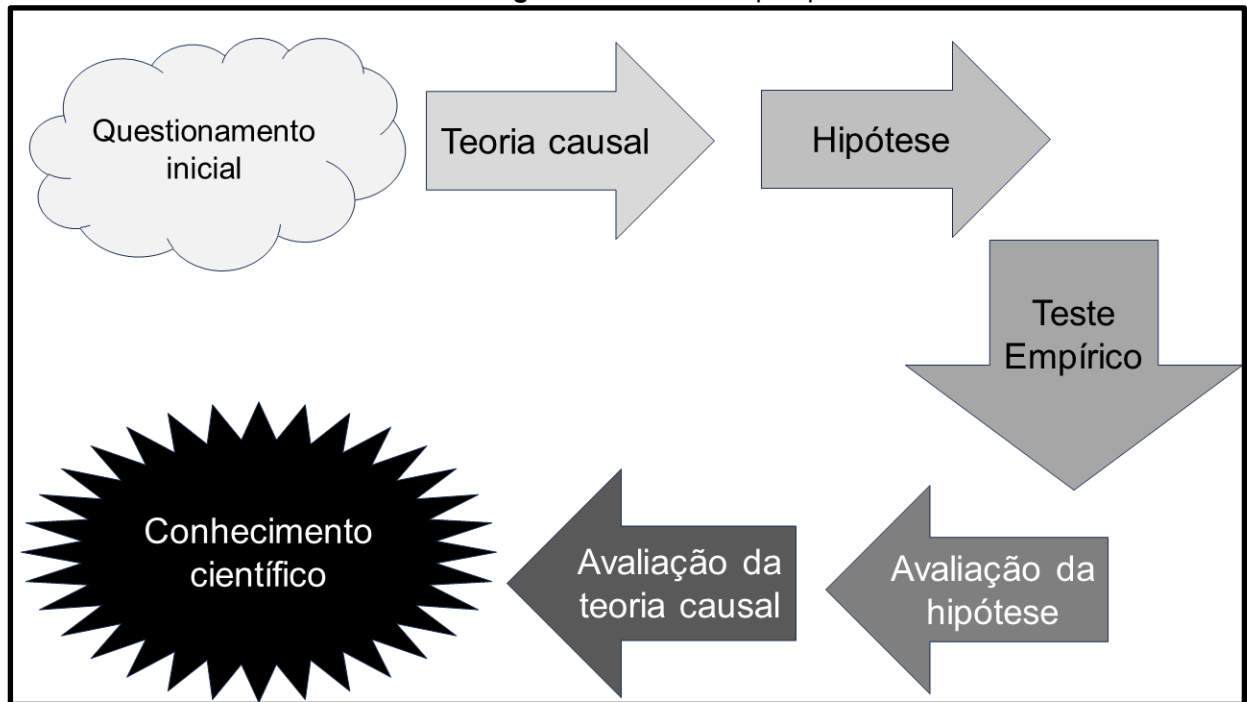
**Fonte:** Neiva, 2015.

Segundo Ignácio (2012) a estatística, além de continuar desempenhando um papel fundamental na transformação dos métodos de pesquisa, ainda aumenta o nível de confiança nas informações divulgadas pelos relatórios de pesquisas. O autor destaca que sua aplicabilidade é praticamente obrigatória nas ciências biológicas, exatas e econômicas, e tem se expandido nas ciências humanas e sociais, aumentando a credibilidade dos resultados obtidos (Ignácio, 2012).

Kellstedt e Whitten (2021) reforçam a importância da utilização de métodos científicos nos estudos realizados no campo das ciências políticas. Os autores defendem que os pesquisadores analisem seus estudos com base em modelos formados por variáveis que se interligam causalmente por teorias. Eles complementam definindo variáveis como sendo grandezas que podem assumir um ou mais valores.

Kellstedt e Whitten (2021) explicam a importância de o método utilizado ser bem estruturado e poder ser testado por outros pesquisadores. Os autores construíram um esquema que resume a metodologia a ser empregada: inicialmente há um questionamento que motiva o pesquisador a iniciar seu trabalho; junto com este questionamento é desenvolvida uma teoria causal para explicar os fenômenos de interesse; com esta teoria inicial são estabelecidas hipóteses para o conhecimento científico a ser gerado, tentando explicar o mesmo; o próximo passo será o teste empírico das hipóteses criadas; prossegue-se com a avaliação da teoria causal inicial, de acordo com os resultados obtidos; e, finalizando, revisa-se o que for considerado como conhecimento científico sobre o fenômeno estudado. A figura a seguir resume e ilustra o método explicitado pelos autores:

Figura 2 – Método de pesquisa



Fonte: O Autor, 2023.

O questionamento inicial desta pesquisa teve origem na frequente observação das sucessivas aproximações do então presidente do Brasil, e seus familiares, com integrantes do governo norte-americano. Simultaneamente, observou-se um aumento de ataques políticos, principalmente nas mídias sociais, a países comunistas ou governados por partidos de esquerda (China, Cuba, Argentina, Bolívia etc.).

Esta observação levou a um questionamento das possíveis consequências deste posicionamento com relação aos países do entorno estratégico. Esta preocupação foi motivada devido constar na Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa (PND/END) a necessidade de priorização das relações com o entorno estratégico.

Este questionamento inicial originou uma teoria causal a ser investigada nesta pesquisa. Devido às constantes restrições orçamentárias, estabeleceu-se uma teoria que relacionava o aumento das interações com os EUA a uma possível redução nas relações com os países do entorno estratégico.

Para esta investigação foram estabelecidas algumas hipóteses a serem testadas. A hipótese inicial foi que a aproximação do governo brasileiro com os EUA causou alterações nas relações com os demais países do entorno estratégico. Esta hipótese foi sustentada por duas questões de pesquisas que ajudaram a nortear o trabalho aqui realizado.

Para realizar o teste empírico da hipótese inicial, delimitou o campo de estudo ao Comando da Aeronáutica e suas ações de cooperação militar internacional. O intervalo temporal foi estabelecido entre 2015 e 2022 (quatro anos antes do governo Bolsonaro e os quatro anos de seu governo). O período entre 2015 e 2018 foi chamado de Governo 1, enquanto o período entre 2019 e 2022 foi chamado de Governo 2.

Foram colhidos dados de cooperação militar internacional agrupados em cinco grandes grupos: cursos, estágios e conferências; intercâmbios; operações e manobras; reuniões e visitas/outros. Estes dados abrangeram as atividades realizadas no Brasil e no outro país, detalhando-se aquelas que estavam planejadas e as que foram realmente executadas. Os dados colhidos constituíram as variáveis independentes e dependentes, ambas sendo classificadas como categóricas. Os valores das variáveis foram especificados como missões ou ações, e não como participantes. Assim, por exemplo, 10 unidades alocadas a cursos significam 10 cursos realizados, independentemente do número de participantes em cada curso.

Recolheu-se também dados dos voos oficiais realizados pelos países amigos, com suas aeronaves oficiais, que pousaram no Brasil no período elencado. Destarte, foi possível verificar se houve aumento ou diminuição do fluxo de viagens oficiais no período elencado.

Para a variável frequência de voos, a unidade adotada foi a presença de aeronave militar estrangeira no Brasil, compreendendo a missão completa. Por exemplo, a vinda de uma aeronave do país X ao Brasil e seu retorno à sua sede constituirão apenas uma unidade, independentemente da quantidade de pessoas a bordo ou do número de dias que permaneceu no Brasil.

O teste de hipótese ocorreu com a utilização de técnicas estatísticas, particularmente com a utilização do teste bivariado de hipótese, buscando a confirmação estatística de possível relacionamento existente entre as variáveis estipuladas. As técnicas escolhidas foram a análise tabular, também conhecida como o teste "X<sup>2</sup>" (teste do Qui-quadrado), que avalia a significância estatística entre variáveis e o teste Cramer V, utilizado para verificar a força dessa relação. Por exemplo, é possível que o teste Qui-quadrado indique a existência de relação entre as variáveis, porém ela pode ser fraca o suficiente para não ser atribuída a relevância na análise e tomada de decisão.

O teste Qui-quadrado é uma das estatísticas mais úteis para testar hipóteses quando as variáveis são categóricas, normalmente quantificadas através da frequência

em que ocorrem (McHugh, 2013). Tal como acontece com qualquer ferramenta estatística, existem requisitos para a sua utilização adequada, que constituem “pressupostos” (ou premissas) da estatística. Para McHugh (2013), as seguintes premissas devem ser atendidas para a aplicação do teste Qui-quadrado:

- Premissa 1: os dados nas células devem ser frequências ou contagens de casos em vez de porcentagens ou alguma outra transformação dos dados;

- Premissa 2: os níveis (ou categorias) das variáveis são mutuamente exclusivos, ou seja, um determinado assunto se enquadra em um e apenas em um nível de cada uma das variáveis;

- Premissa 3: cada instância dos dados de frequência pode contribuir com dados para uma e apenas uma célula no  $X^2$ . Se, por exemplo, os mesmos sujeitos forem testados ao longo do tempo, de modo que as comparações sejam dos mesmos sujeitos no Tempo 1, Tempo 2, Tempo 3, etc., então o  $X^2$  não deve ser usado;

- Premissa 4: os grupos de estudo deverão ser independentes. Isto significa que um teste diferente deve ser utilizado se os dois grupos estiverem relacionados. Por exemplo, um teste diferente deve ser utilizado se os dados de uma determinada cooperação estiver atrelada a outra;

- Premissa 5: existem duas variáveis e ambas são medidas como categorias, geralmente no nível nominal. No entanto, os dados podem ser ordinais. Dados de intervalo ou de proporção que foram coletados em categorias ordinais também podem ser usados. Embora o teste Qui-quadrado não tenha regras sobre como limitar o número de células (limitando o número de categorias para cada variável), um número muito grande de células (mais de 20) pode dificultar o cumprimento da Premissa 6 e a interpretação do significado dos resultados;

- Premissa 6: o valor esperado de cada célula deve ser “5” ou superior, em ao menos 80% das células, e nenhuma célula deve ter um valor esperado menor que um “3”. É mais provável que esta suposição seja atendida se o tamanho da amostra for pelo menos igual ao número de células multiplicado por “5”. Essencialmente, esta suposição especifica o número de casos (tamanho da amostra) necessário para usar o  $X^2$ .

Adicionalmente, o  $X^2$  é um teste de significância que deve ser associado a um teste de força apropriado. Para tabelas de contingência do tipo 2x2 (duas linhas e duas colunas), o teste indicado é o Cramer V.

Diferentes fontes atribuem escalas diferentes para analisar o valor obtido nesse teste. Nesta pesquisa utilizou-se a escala proposta por Dai *et al* (2021):

- Valor de  $C_v > 0,05$  – relação fraca entre as variáveis;
- Valor de  $C_v > 0,10$  – relação moderada entre as variáveis;
- Valor de  $C_v > 0,15$  – relação forte entre as variáveis;
- Valor de  $C_v > 0,25$  – relação muito forte entre as variáveis;

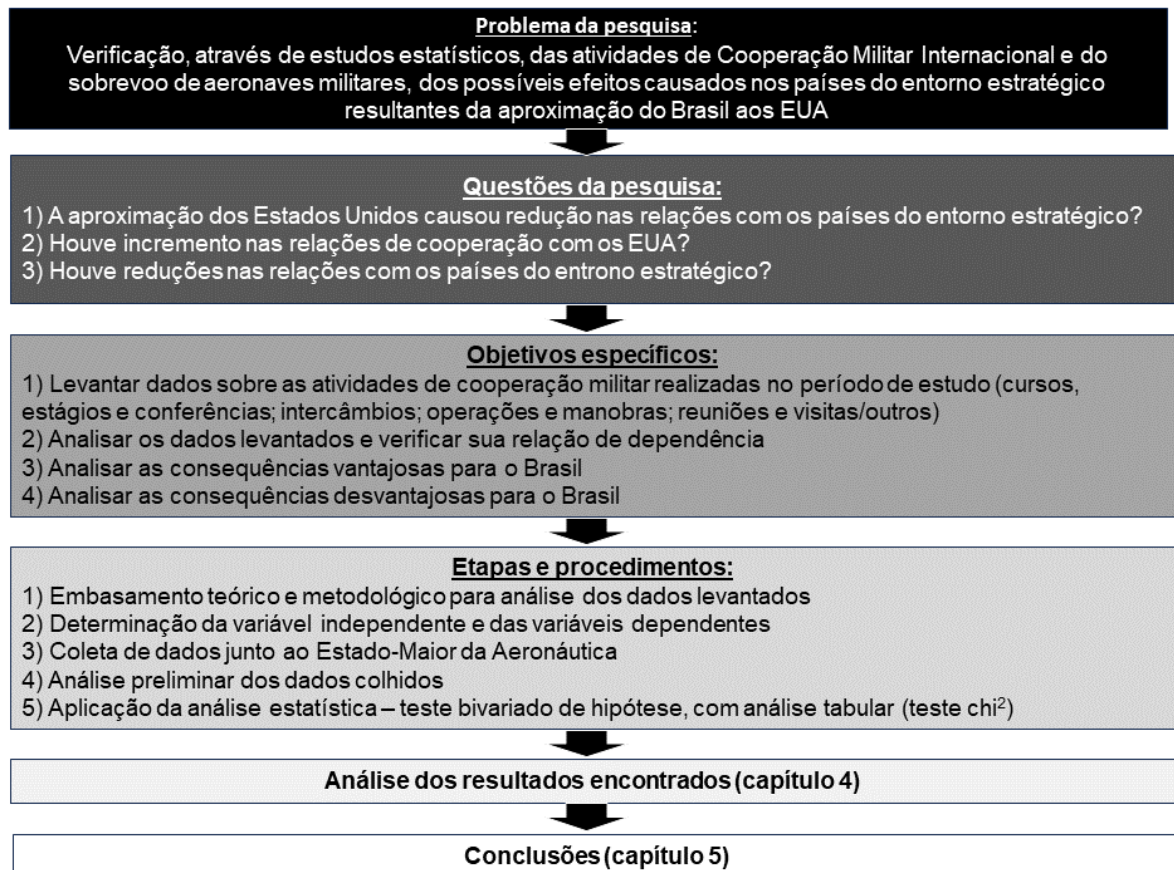
Uma vez aplicados os testes, os resultados obtidos forneceram o embasamento científico necessário para a aceitação ou refutação da hipótese inicial e a consequente confirmação, ou negação, da teoria causal.

Maiores detalhamentos sobre o teste do Qui-quadrado e o teste de Cramer V poderão ser encontrados no Apêndice deste relatório.

Resumindo-se a trilha metodológica deste relatório de pesquisa, foi elaborado um mapa que indica todos os passos seguidos para a realização desta obra, facilitando-se a verificação e reprodução das etapas seguidas.

A figura a seguir ilustra a trilha metodológica utilizada nesta pesquisa:

**Figura 3 – Metodologia utilizada**



Fonte: O Autor, 2023.

### 3.4 Amostragem e variáveis

Para este trabalho, todos os dados foram obtidos junto ao Estado-Maior da Aeronáutica, especificamente na Segunda Subchefia, Seção de Cooperação Militar Internacional, e Seção de Sobrevoos. Aquela seção é a responsável por realizar toda a coordenação referente às atividades de cooperação solicitadas pelos diversos órgãos internos do Comando da Aeronáutica, simultaneamente recebendo todas as solicitações das Forças Aéreas dos países amigos do Brasil. Os militares integrantes dessa seção registram todas as atividades realizadas, mantendo um banco de dados rico em detalhes, o que possibilitou a realização deste trabalho.

A Seção de Sobrevoos é responsável por autorizar e registrar todos os voos internacionais oficiais que sobrevoam, pousem ou que tenham por destino o Brasil, e, ao mesmo tempo, obter autorização dos países amigos para que as aeronaves oficiais brasileiras possam sobrevoar ou pousar nestes países.

Para a determinação das variáveis, recorreu-se a Kellstedt e Whitten (2021) que definiram variável como uma quantidade que pode assumir dois ou mais valores, sendo dividida em independente e dependente. Por variável independente, os autores afirmam ser aquela que irá causar mudanças nas variáveis dependentes. Da mesma forma, por variável dependente define-se como sendo “uma variável cuja variação, ao menos em parte, teoriza-se ser causada por uma ou mais variáveis independentes” (Kellstedt; Whitten, p.46, 2021).

A variável independente será a cooperação militar internacional, da Força Aérea Brasileira, com os EUA. Todas as ações realizadas neste sentido serão analisadas e relacionadas com os países do entorno estratégico.

Conseqüentemente, todas as atividades de cooperação com os países do entorno estratégico serão classificadas como variáveis dependentes, já que o estudo pretende avaliar o impacto sofrido nestes países devido ao aumento do relacionamento com os EUA (caso consiga ser provado uma relação causal entre estas duas variáveis).

Para quantificação das variáveis, utilizou-se a seguinte referência:

- a) Frequência de voos: números de missões de aeronaves estrangeiras no Brasil. Cada vinda ao Brasil e conseqüente retorno à origem, constitui uma unidade desta variável.

- b) Cursos, estágios e conferências: quantidade de eventos realizados, no Brasil ou no país amigo.
- c) Intercâmbios: quantidade de eventos realizados, no Brasil ou no país amigo.
- d) Operações e manobras: quantidade de eventos realizados, no Brasil ou no país amigo.
- e) Reuniões de alto nível: quantidade de eventos realizados, no Brasil ou no país amigo.
- f) Visitas e outros: quantidade de eventos realizados, no Brasil ou no país amigo.

Uma outra referência foi a diferenciação entre planejada e executada. Toda a atividade de cooperação na Força Aérea Brasileira é planejada, em comum acordo com o país amigo, no ano anterior. Estes dados constarão como **planejados**. Por ser uma atividade internacional com o envolvimento de muitos custos, o planejamento é revestido de muito cuidado e de muita atenção.

No ano de execução da cooperação, as atividades planejadas no ano anterior poderão ocorrer ou não. Caso sim, elas entrarão como atividades **executadas**. Oportuno esclarecer, que poderão ocorrer atividades que não foram planejadas, mas somente executadas, como o caso de oportunidade de cooperação que apareçam e mereçam serem executadas, mesmo sem planejamento prévio. Algumas vezes o cancelamento de uma atividade pode implicar em “embaraços” e deterioração no relacionamento.

Outra definição a ser realizada é o índice de cancelamento. Este valor relaciona o quanto as atividades planejadas para um determinado ano foram realmente executadas, ou seja, a concretização do planejamento e compromisso assumido no ano anterior. Este índice foi incluído na análise para enriquecimento da pesquisa, sendo oportuno reforçar que sua importância reside no fato de fornecer uma indicação da importância dada ao compromisso assumido no ano anterior.

Ele é o resultado da subtração das atividades planejadas pelas executadas e o resultado dividido pelo total de atividades planejadas. Destarte, valores elevados indicam que o compromisso assumido pode ter recebido menor importância. Outro aspecto importante é esclarecer que valores negativos indicam atividades que foram executadas sem terem sido planejadas, ou seja, estas atividades surgiram como oportunidades ou foram decorrentes de alterações nas orientações da Força.

No capítulo seguinte, os dados colhidos serão analisados segundo as técnicas estatísticas apresentadas.



## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados obtidos foi realizada utilizando-se técnicas estatísticas explicadas nos próximos itens, basicamente os testes Qui-quadrado e Cramer V. Este capítulo está dividido em 3 seções, onde a primeira apresentará os dados obtidos, a segunda realizará a aplicação das técnicas estatísticas e o terceiro desenvolverá a análise dos resultados obtidos.

### 4.1 Dados obtidos

Todos os dados utilizados neste relatório foram cedidos pelo Estado-Maior da Aeronáutica, com a finalidade acadêmica somente, e sintetizados pelo pesquisador, mantendo-se coerência com o objetivo da pesquisa.

Julga-se importante que seja registrada a Pandemia de COVID-19 durante os anos de 2020 a 2023, decorrente do vírus SARS-CoV-2. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o primeiro alerta foi recebido em 31 de dezembro de 2019, quando foram noticiados vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei na República Popular da China. Já em 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Somente em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como pandemia. Em 05 de maio de 2023 a OMS comunicou o fim da pandemia<sup>17</sup>.

Esta pandemia causou a redução da mobilidade social, com restrições de voos e deslocamentos de pessoas, tendo alterado profundamente as relações políticas e internacionais, com repercussões na economia também (Lauro; Corrêa; Honório, 2020). Os autores destacam, ainda, que na maioria dos países foi registrado um grande aumento de protecionismo, com fechamento das fronteiras, redução das atividades econômicas e imposição de suas leis, o que causou enfraquecimento das relações internacionais e dos respectivos acordos de cooperação.

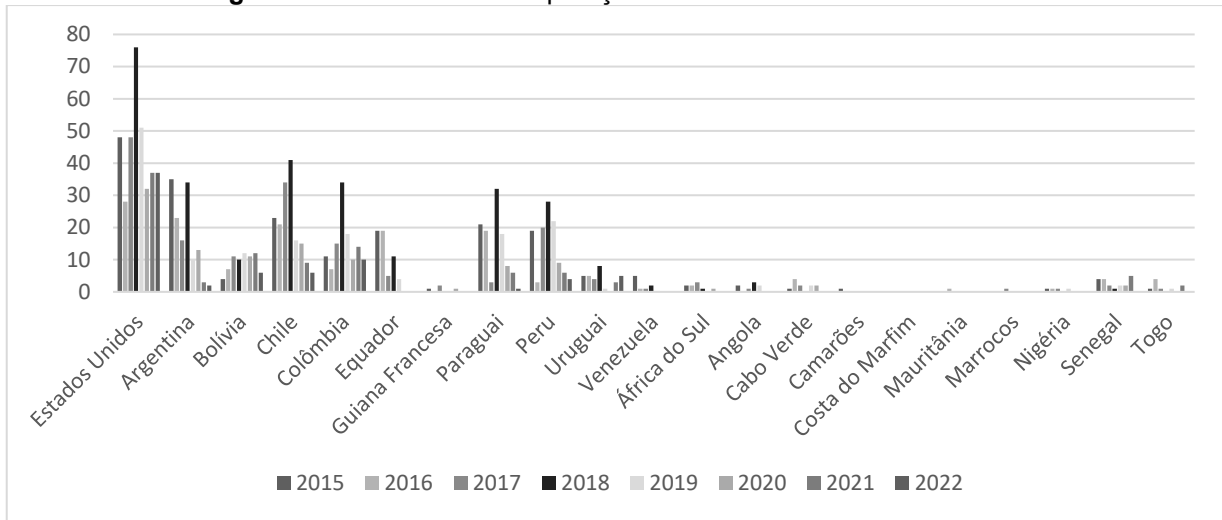
Devido este fato, registra-se a possibilidade de que os dados analisados entre 2020 e 2022 apresentem alterações devido às restrições impostas pelos países em decorrência da pandemia de COVID-19.

---

<sup>17</sup> Fonte: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

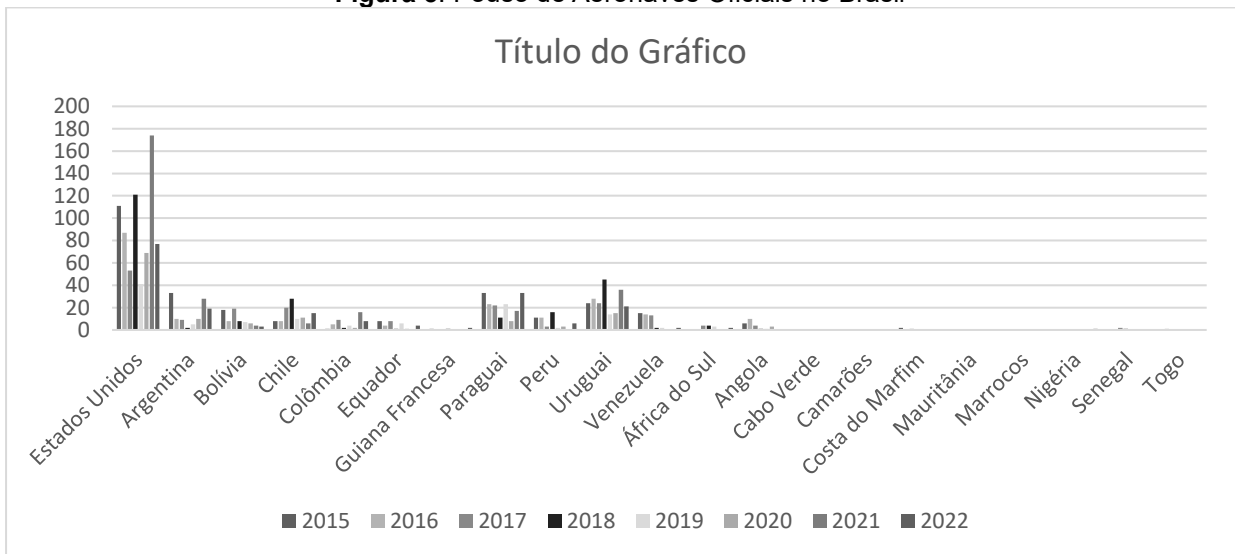
Uma análise preliminar de todos os países envolvidos, revela a quantidade de atividades de cooperação militar realizada. A primeira figura revela todos os cursos, estágios, conferências, intercâmbios, manobras militares, reuniões e visitas realizados entre 2015 e 2022. Já a segunda figura apresenta todos os pousos no Brasil realizados por aeronaves oficiais dos países do entorno estratégicos, e EUA. Nestes gráficos, estão contidos os dados brutos, propositalmente apresentados somente nos gráficos.

**Figura 4 - Atividades de Cooperação Militar Internacional executadas**



Fonte: O Autor, 2023.

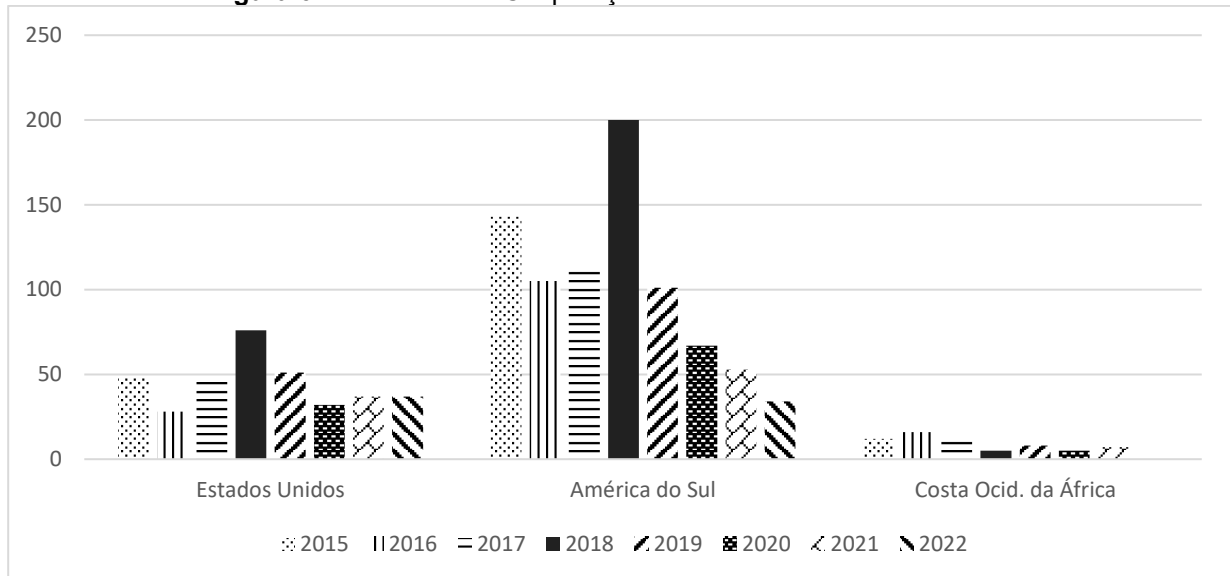
**Figura 5: Pouso de Aeronaves Oficiais no Brasil**



Fonte: O Autor, 2023.

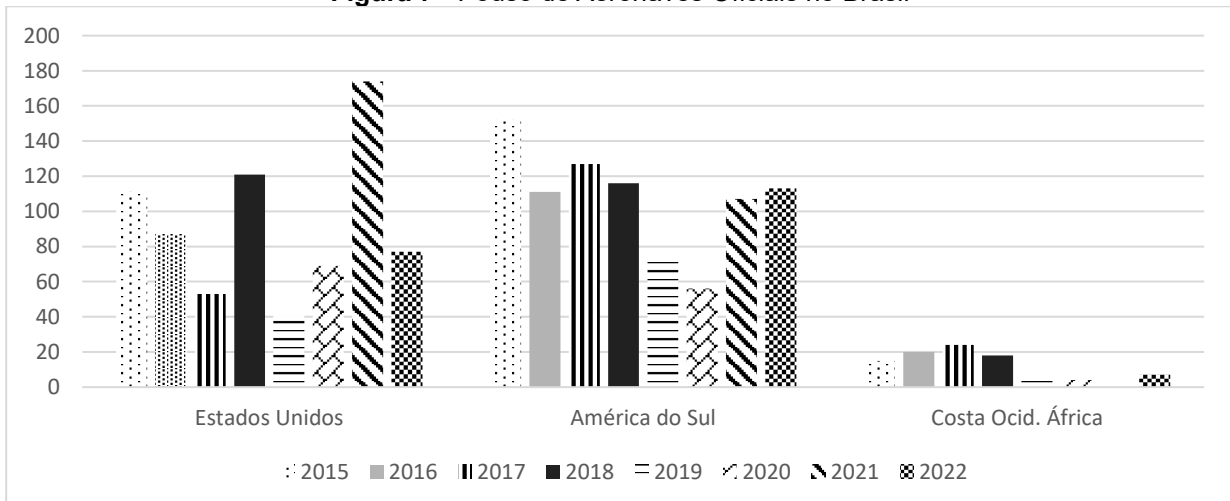
Verifica-se a quantidade excessiva de dados a serem analisados estatisticamente. Para facilitar a visualização, agrupou-se os países em duas categorias a serem comparadas com os EUA: América do Sul e Costa Ocidental da África. As figuras 6 e 7 apresentam a evolução do relacionamento de cooperação militar e do pouso de aeronaves oficiais no Brasil.

**Figura 6 - Atividades de Cooperação Militar Internacional executadas**



Fonte: O Autor, 2023.

**Figura 7 - Pouso de Aeronaves Oficiais no Brasil**



Fonte: O Autor, 2023.

Oportuno lembrar que, segundo a PND/END (Brasil, 2020), o entorno estratégico do Brasil é formado por todos os países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa - França, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), pelos países da costa ocidental da África (Marrocos, Saara Ocidental, Mauritânia, Cabo Verde, Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau, Guiné,

Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Angola, Namíbia e África do Sul) e pela Antártica.

Ao se analisar o total de eventos de cooperação militar internacional de todos os países da costa Ocidental da África com o Brasil, no período compreendido entre 2015 e 2022, constatou-se que ele atingiu apenas 7,86% de todos os eventos ocorridos com os países da América do Sul e apenas 5,38% de todos os pousos oficiais. A tabela a seguir ilustra a variação dos relacionamentos com os países do entorno estratégico e com os EUA no período estudado.

**Tabela 1** – Atividades executadas e pousos realizados por região

Região	Atividades Executadas	Pousos oficiais
	2015 a 2022	2015 a 2022
EUA	357	733
América do Sul	814	855
Costa Ocidental da África	64	92

**Fonte:** O Autor, 2023

Uma segunda observação a ser realizada se refere aos relacionamentos dentro da América do Sul. Percebe-se que o Brasil possui maior relacionamento com os seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai.

**Tabela 2** – Países com maior relacionamento na Cooperação Militar e nos pousos

Países com maior relacionamento	Atividades	Pousos
	2015 a 2022	2015 a 2022
EUA	357	733
Argentina	136	116
Chile	165	106
Colômbia	119	47
Paraguai	108	170
Peru	111	52
Uruguai	31	207

**Fonte:** O Autor, 2023

Com a finalidade de facilitar a análise estatística, agrupou-se todos os dados colhidos na tabela 3, juntamente com a realização da divisão do período em governo 1 (2015 a 2018) e governo 2 (2019 a 2022).

**Tabela 3 - Sínteses dos dados a serem analisados**  
**Quadro sintético dos dados a serem analisados**

Ações de Cooperação Militar Internacional	EUA		Entorno	
	Gov1	Gov2	Gov1	Gov2
Frequência de voos	372	361	627	421
Cursos, estágios, conferências, planejados	91	90	427	493
Cursos, estágios, conferências, executados	61	75	224	148
Intercâmbios planejados	44	42	136	64
Intercâmbios executados	22	31	69	35
Operações e manobras planejadas	14	9	21	18
Operações e manobras executadas	10	10	20	6
Reuniões planejadas	40	6	104	16
Reuniões executadas	39	11	103	24
Visitas e outros planejados	98	5	238	41
Visitas e outros executados	68	30	187	62
Todas as cooperações planejadas	287	152	926	632
Todas as cooperações executadas	200	157	603	275
Índice de cancelamento cursos, estágios, conferências	33%	17%	48%	70%
Índice de cancelamento dos intercâmbios	50%	26%	49%	45%
Índice de cancelamento de operações e manobras	29%	-11%	5%	67%
Índice de cancelamento das reuniões	3%	-83%	1%	-50%
Índice de cancelamento das visitas e outros	31%	-500%	21%	-51%
Índice de cancelamento de todas as cooperações	30%	-3%	35%	56%

Fonte: O Autor, 2023

## 4.2 Resultados: os cálculos estatísticos

A análise estatística proposta, através da associação entre o teste Qui-quadrado e o teste de Cramer V, agrupou as atividades de cooperação separadamente, comparando os dados obtidos entre os EUA e o entorno estratégico brasileiro, no período temporal do governo 1, de 2015 a 2018, e do governo 2, de 2019 a 2022.

A referência para o teste Qui-quadrado é denominada “alfa”, sendo normalmente assumido o valor de 0,05, que se refere ao nível de confiança de 95%.

Para se executar o teste Qui-quadrado, necessita-se o cumprimento da premissa número 6 (o valor esperado de cada célula deve ser “5” ou superior, em ao menos 80% das células, e nenhuma célula deve ter um valor esperado menor que um “3”). Valores absolutos inferiores a 5, **não serão utilizados**.

A referência para o teste Cramer V foi a escala de Dai *et al* (2021), que descreve uma relação fraca entre as variáveis para valores maiores que 0,05, uma relação moderada para valores maiores que 0,10, uma relação forte para valores maiores que 0,15 e uma relação muito forte para valores superiores a 0,25.

Todos os cálculos deste relatório foram realizados com o *software* R.

a. Em relação aos dados de “frequência de voos”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 4** – Frequência de voos

Frequência de voos	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	372	361
Entorno estratégico	627	421

**Fonte:** O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 14,066$ , p-valor = 0,0001765

Teste Cramer V = 0,09002

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor menor que a referência (alfa = 0,05) indica a rejeição da hipótese nula, sendo então verificada a significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é moderada, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

b. Em relação aos dados de “Cooperação planejada (cursos, estágios, conferências)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 5** – Cooperação planejada (cursos, estágios, conferências)

Cooperação planejada (cursos, estágios, conferências)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	91	90
Entorno estratégico	427	493

**Fonte:** Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 0,75761$ , p-valor = 0,3841

Teste Cramer V = 0,02869

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor maior que a referência (alfa = 0,05) indica a não rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que não existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é fraca, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

c. Em relação aos dados de “Cooperação executada (cursos, estágios, conferências)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

Tabela 6 – Cooperação executada (cursos, estágios, conferências)

Cooperação executada (cursos, estágios, conferências)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	61	75
Entorno Estratégico	224	148

Fonte: O Autor, 2023

Teste qui-quadrado:  $X^2 = 8,9297$ , p-valor = 0,002806

Teste Cramer V = 0,1371

O p-valor menor que a referência (alfa = 0,05) indica a rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é moderada a forte, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

d. Em relação aos dados de “Índice de Cancelamento (cursos, estágios, conferências)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

Tabela 7 – Índice de cancelamento (cursos, estágios, conferências)

Índice de cancelamento (cursos, estágios, conferências)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	33	17
Entorno estratégico	48	70

Fonte: O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 8,0332$ , p-valor = 0,004593

Teste Cramer V = 0,2317

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor menor que a referência (alfa = 0,05) indica a rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é de forte a muito forte, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

e. Em relação aos dados de “Cooperação planejada (intercâmbios)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 8** – Cooperação planejada (intercâmbios)

Cooperação planejada (intercâmbios)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	44	42
Entorno estratégico	136	64

Fonte: O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 6,605$ , p-valor = 0,01017

Teste Cramer V = 0,1599

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor menor que a referência (alfa = 0,05) indica a rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é forte, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

f. Em relação aos dados de “Cooperação executada (intercâmbios)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?



**Tabela 9** – Cooperação executada (intercâmbios)

Cooperação <u>executada</u> (intercâmbios)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	22	31
Entorno estratégico	69	35

Fonte: Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 7,8981$ , p-valor = 0,004949

Teste Cramer V = 0,2379

O p-valor menor que a referência (alfa = 0,05) indica a rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é de forte a muito forte, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

g. Em relação aos dados de “Índice de Cancelamento (intercâmbios)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 10** – Índice de cancelamento (intercâmbios)

Índice de cancelamento (intercâmbios)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	50	26
Entorno estratégico	49	45

Fonte: O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 2,6876$ , p-valor = 0,1011

Teste Cramer V = 0,1377

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor maior que a referência (alfa = 0,05) indica a não rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que não existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é de moderada a forte, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

h. Em relação aos dados de “Cooperação planejada (operações e manobras)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 11** – Cooperação planejada (operações e manobras)

Cooperação <u>planejada</u> (operações e manobras)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	14	9
Entorno estratégico	21	18

Fonte: O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 0,074898$ , p-valor = 0,7843

Teste Cramer V = 0,0684

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor maior que a referência (alfa = 0,05) indica a não rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que não existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é fraca, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

i. Em relação aos dados de “Cooperação executada (operações e manobras)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 12** – Cooperação executada (operações e manobras)

Cooperação <u>executada</u> (operações e manobras)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	10	10
Entorno estratégico	20	6

Fonte: O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 2,5228$ , p-value = 0,1122

Teste Cramer V = 0,2802

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor maior que a referência (alfa = 0,05) indica a não rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que não existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é muito forte, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

j. Em relação aos dados de “Índice de cancelamento (operações e manobras)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 13 – Índice de cancelamento (operações e manobras)**

Índice de cancelamento (operações e manobras)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	29	-11
Entorno estratégico	5	67

Fonte: Autor, 2023

Segundo a premissa 6, valores inferiores a 5 impossibilitam a utilização do teste do qui-quadrado.

Contudo, a análise do índice de cancelamento das operações em manobras revela um posicionamento bem nítido dos dois governos. Enquanto o Governo 1 cancelou 29% das operações e manobras com os EUA, em comparação com somente 5% do Entorno estratégico, o Governo 2 realizou mais 11% de operações e manobras (não planejadas) com os EUA, tendo cancelado, simultaneamente, 67% das operações e manobras com o Entorno estratégico.

k. Em relação aos dados de “Cooperação planejada (reuniões)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 14 – Cooperação planejada (reuniões)**

Cooperação planejada (reuniões)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	40	6
Entorno estratégico	104	16

Fonte: O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 2,3879e-31$ , p-valor = 1

Teste Cramer V = 0,003826

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor maior que a referência (alfa = 0,05) indica a não rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que não existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é extremamente fraca, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

l. Em relação aos dados de “Cooperação executada (reuniões)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 15** – Cooperação executada (reuniões)

Cooperação <u>executada</u> (reuniões)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	39	11
Entorno estratégico	103	24

Fonte: O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 0,066024$ , p-value = 0,7972

Teste Cramer V = 0,03507

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor maior que a referência (alfa = 0,05) indica a não rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que não existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é muito fraca, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

m. Em relação aos dados de “Índice de cancelamento (reuniões)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 16** – Índice de cancelamento (reuniões)

Índice de cancelamento (reuniões)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	3	-83
Entorno estratégico	1	-50

Fonte: O Autor, 2023

Segundo a premissa 6, valores inferiores a 5 impossibilitam a utilização do teste do qui-quadrado.

Contudo, a análise do índice de cancelamento das reuniões revela um posicionamento bem nítido dos dois governos. Enquanto o Governo 1 cancelou 3% das reuniões com os EUA, em comparação com somente 1% do Entorno estratégico, o Governo 2 realizou mais 83% de reuniões (não planejadas) com os EUA, tendo realizado, simultaneamente, mais 50% de reuniões (não planejadas) com o Entorno estratégico.

n. Em relação aos dados de “Cooperação planejada (visitas, outros)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 17** – Cooperação planejada (visitas, outros)

Cooperação planejada (visitas, outros)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	98	5
Entorno estratégico	238	41

Fonte: O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 5,9806$ , p-valor = 0,01446

Teste Cramer V = 0,1342

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor menor que a referência (alfa = 0,05) indica a rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é moderada a forte, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

o. Em relação aos dados de “Cooperação executada (visitas, outros)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 18** – Cooperação executada (vistas, outros)

Cooperação <u>executada</u> (visita, outros)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	68	30
Entorno estratégico	187	62

**Fonte:** O Autor, 2023

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 0,90292$ , p-value = 0,342

Teste Cramer V = 0,05826

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor maior que a referência (alfa = 0,05) indica a não rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que não existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é muito fraca, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

p. Em relação aos dados de “Índice de cancelamento (visitas e outros)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 19** – Índice de cancelamento (visitas e outros)

Índice de cancelamento (visitas e outros)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	31	-500
Entorno estratégico	21	-51

**Fonte:** O Autor, 2023.

Segundo a premissa 6, valores inferiores a 5 impossibilitam a utilização do teste do qui-quadrado.

Contudo, a análise do índice de cancelamento das visitas e outras atividades revela um posicionamento bem nítido dos dois governos. Enquanto o Governo 1 cancelou 31% das visitas e outras atividades com os EUA, em comparação com

somente 21% das visitas e outras atividades com o Entorno estratégico, o Governo 2 realizou mais 500% de visitas e outras atividades (não planejadas) com os EUA, tendo realizado somente mais 51% das visitas e outras atividades (não planejadas) com o Entorno estratégico.

q. Em relação aos dados de “Cooperação planejada (todas as atividades)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 20 – Cooperação planejada (todas as atividades)**

Cooperação <u>planejada</u> (todas as atividades)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	287	152
Entorno estratégico	926	632

**Fonte:** O Autor, 2023.

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 4,8227$ , p-valor = 0,02809

Teste Cramer V = 0,05038

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor menor que a referência (alfa = 0,05) indica a rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é fraca, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

r. Em relação aos dados de “Cooperação executada (todas as atividades)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 21 – Cooperação executada (todas as atividades)**

Cooperação <u>planejada</u> (todas as atividades)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	200	157
Entorno estratégico	603	275

**Fonte:** O Autor, 2023.

Teste Qui-quadrado:  $X^2 = 17,323$ , p-valor = 3,153e-05

Teste Cramer V = 0, 1203

Em relação aos EUA e entorno estratégico, o p-valor menor que a referência (alfa = 0,05) indica a rejeição da hipótese nula, sendo então verificado que existe significância estatística para afirmar que a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB.

O valor do teste Cramer V indica que a força da relação entre as variáveis “mudança de governo” e “orientação estratégica” é de moderada a forte, segundo a escala de Dai *et al* (2021).

s. Em relação aos dados de “Índice de cancelamento (todas visitas e outros)”, a mudança de governo alterou a orientação estratégica da FAB?

**Tabela 22** – Índice de cancelamento (todas as atividades)

Índice de cancelamento (todas as atividades)	Governo 1 (2015-2018)	Governo 2 (2019-2022)
EUA	30	-3
Entorno estratégico	35	56

Fonte: O Autor, 2023

Segundo a premissa 6, valores inferiores a 5 impossibilitam a utilização do teste do Qui-quadrado.

Contudo, a análise do índice de cancelamento de todas as atividades revela um posicionamento bem nítido dos dois governos. Enquanto o Governo 1 cancelou 30% de todas as atividades de cooperação com os EUA, em comparação com 35% de todas as atividades com o Entorno estratégico, o Governo 2 realizou mais 3% de todas as atividades (não planejadas) com os EUA, tendo cancelado 56% de todas as atividades planejadas com o Entorno estratégico.

### 4.3 Análise dos resultados estatísticos

Após a aplicação do teste do Qui-quadrado e o teste Cramer V, para se possibilitar uma melhor visão geral dos possíveis efeitos da influência de um governo, decidiu-se pela confecção de um quadro agrupando todos os resultados:



**Quadro 6 – Resultados estatísticos EUA x Entorno estratégico**

Análise dos resultados estatísticos EUA x Entorno estratégico					
Item da cooperação	X <sup>2</sup>	p-valor	Mudança Governo alterou orientação?	CramerV	Força da relação entre variáveis
Frequência de voos	14,066	0,0001765	Sim	0,09002	Moderada
Cooperação Militar Internacional da FAB – planejada					
Cursos, estágios, conferências	0,75761	0,3841	Não	0,02869	Fraca
Intercâmbios	6,605	0,01017	Sim	0,1599	Forte
Operações e manobras	0,074898	0,7843	Não	0,0684	Fraca
Reuniões	2,387e-31	1	Não	0,003826	Muito Fraca
Visitas e outros	5,9806	0,01446	Sim	0,1342	Moderada / Forte
Todas as atividades	4,8227	0,02808	Sim	0,05038	Fraca
Cooperação Militar Internacional da FAB – executada					
Cursos, estágios, conferências	8,9297	0,002806	Sim	0,1371	Moderada / Forte
Intercâmbios	7,8981	0,004949	Sim	0,2379	Muito Forte
Operações e manobras	2,5228	0,1122	Não	0,2802	Muito Forte
Reuniões	0,066024	0,7972	Não	0,03507	Muito Fraca
Visitas e outros	0,90292	0,342	Não	0,05826	Muito Fraca
Todas as atividades	17,323	3,153e-05	Sim	0,1203	Moderada / Forte
Índice de Cancelamento da Cooperação Militar Internacional da FAB					
Cursos, estágios, conferências	8,0332	0,004593	Sim	0,2317	Muito Forte
Intercâmbios	2,6876	0,1011	Não	0,1377	Moderada / Forte
Operações e manobras	--x--	--x--	--x--	--x--	--x--
Reuniões	--x--	--x--	--x--	--x--	--x--
Visitas e outros	--x--	--x--	--x--	--x--	--x--
Todas as atividades	--x--	--x--	--x--	--x--	--x--

Fonte: O Autor, 2024.

A quantidade de pousos dos países do entorno estratégico foi afetada pela aproximação do Brasil com os EUA, sendo confirmado uma ligação moderada entre estas variáveis.

Um fato importante a se destacar é que as atividades de Cooperação são planejadas sempre no ano anterior. Não houve alteração na orientação estratégica da FAB nos planejamentos dos cursos, estágios, conferências, nas manobras e operações militares e nem nas reuniões com as Forças Aéreas amigas. A aproximação com os EUA causou alteração no planejamento dos intercâmbios e das visitas realizadas pela FAB.

Contudo, confirmou-se que houve alteração na execução dos cursos, estágios, conferências e intercâmbios. Similarmente, a aproximação com os EUA não causou alteração na execução das atividades planejadas de operações, manobras, reuniões e visitas.

A análise estatística revelou que nas atividades de cooperação militar internacional relacionadas aos cursos, estágios e conferências, a aproximação com os EUA não afetou o planejamento, contudo, na hora da execução, houve alteração ideológica, de moderada a forte. Este dado é revestido de destacada importância, pois o principal efeito observado foi a redução da importância alocada a estes relacionamentos com o Entorno, em detrimento do aumento do relacionamento destas atividades com os Estados Unidos.

O índice de cancelamento das atividades também confirma a alteração sofrida: enquanto no governo 1 os EUA tiveram 33% de seus cursos, estágios e conferências cancelados, no governo 2 este índice foi reduzido para apenas 17%. O entorno estratégico, por sua vez, apresentou um aumento deste índice nas mesmas atividades, subindo de 48% para 70%.

Em relação aos intercâmbios, tanto nos planejamentos realizados nos anos anteriores, quanto à execução destes, houve forte alteração ideológica devido à aproximação com os EUA. O principal efeito desta alteração foi o aumento da procura, no caso dos Estados Unidos, por tecnologia em detrimento do estreitamento de relações com nossos vizinhos mais próximo, dentro do entorno estratégico.

Nas Operações e Manobras existentes, e nas reuniões entre as Forças, não houve nenhuma alteração constatada estatisticamente.

Quanto às visitas e outras atividades, constatou-se, estatisticamente falando, que a aproximação causou uma alteração ideológica nos planejamentos destas atividades, contudo na execução delas, não foi constatada alterações significativas. O efeito observado foi que a FAB buscou aproveitar a aproximação do país com os EUA, planejando mais atividades. Contudo, na hora da execução, por motivos não definidos, não foi possível a execução de todos.

De maneira genérica, quando se observa a totalidade das atividades de cooperação militar internacional, a análise estatística revelou que houve alteração ideológica devido a aproximação do Governo 2 aos EUA. No período de aproximação dos dois governos, a orientação ideológica de privilegiar o entorno estratégico foi alterada em prol de um maior aproveitamento das atividades oferecidas pelos EUA.

Quando se analisa os índices de cancelamento das atividades de cooperação militar internacional, verifica-se que as alterações foram registradas somente nas ações de cooperação relacionadas aos cursos, estágios, conferências, operações e manobras e visitas e outros. Neste ponto ratifica-se cancelamento destas atividades com o entorno estratégico em prol de um melhor aproveitamento com as mesmas atividades relacionadas com os EUA.

Sintetizando, a aproximação com os EUA causou alterações efetivas no relacionamento com os países do entorno estratégico, tanto no planejamento quanto na execução, dos intercâmbios realizados pela FAB.

Relembrando a discussão apresentada no embasamento teórico deste relatório de pesquisa, os autores abordados na questão da política externa brasileira concordaram em grande parte na existência de uma ala ideológica, uma ala pragmática e uma ala evangélica.

Ao se integrar o embasamento teórico com o resultado estatístico, observa-se que houve alternância entre a ala pragmática, em geral representada pelos militares, com a ala ideológica, representada por Olavo de Carvalho, o que pode esclarecer o realinhamento observado, de forma parcial.

Verificou-se, também, que do ponto de vista da Teoria das Relações Internacionais, foi constatado que o construtivismo fornece, realmente, uma base teórica adequada para descrever as ações de Cooperação Militar Internacional. Conforme explicado no capítulo 2, o relacionamento internacional é socialmente construído, podendo ser de diversas matrizes.

Pela avaliação da Política Externa vigente à época, percebe-se que o Presidente é o principal responsável pelo processo de mudança da política externa, apesar de não ser determinante. O período Lula e Dilma foi marcado pelo multilateralismo, enquanto o período subsequente, Temer e Bolsonaro, foi marcado pelo bilateralismo – priorizou-se os EUA em detrimento dos demais países. O quadro 2, apresentando um resumo dos últimos governos esclarece bem este aspecto.

Ratificou-se também uma transição constante entre a ideologia e o pragmatismo durante o governo Bolsonaro. Os autores que embasaram a política externa no período destacaram estes dois grupos (ideologia e pragmatismo) com grande influência no governo.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo principal verificar se a aproximação do Brasil ao EUA durante o governo Bolsonaro causou alteração nos relacionamentos com os países vizinhos, notadamente aqueles definidos como sendo do entorno estratégico.

Tal questionamento foi motivado devido ao conteúdo da Política Nacional de Defesa, onde são citados 18 posicionamentos, destacando-se a prioridade de cooperação e integração com os países sul-americanos simultaneamente com a promoção de intercâmbio com os países de maior interesse estratégico a fim de manter as FA adequadamente preparadas e equipadas.

Dentre os objetivos específicos desta pesquisa, foram levantados dados sobre todas as atividades de intercâmbio da FAB entre 2015 e 2022 (cursos, estágios, conferências, intercâmbios, operações e manobras militares, reuniões de alto nível, visitas realizadas) e, também, sobrevoos e pouso das aeronaves estrangeiras no país.

Embora não tenham sido apresentados os dados brutos, eles foram agrupados e analisados estatisticamente, utilizando-se o teste do Qui-quadrado e o teste Cramer V. Desta feita, o primeiro objetivo específico foi cumprido.

Quanto ao segundo objetivo específico, realizou-se uma análise estatística criteriosa, verificando-se que houve alteração na orientação estratégica da cooperação internacional da FAB em algumas atividades, enquanto outras não apresentaram evidências científicas.

Em relação ao terceiro objetivo específico, o índice de cancelamento indicou que a Força Aérea Brasileira realizou atividades não programadas em algumas atividades de cooperação, como operações e manobras, reuniões, visitas e outros.

Os três primeiros objetivos específicos contribuíram para responder a primeira questão de pesquisa (que atividades de cooperação militar e sobrevoos de aeronaves militares do Brasil com os EUA e países do seu entorno estratégico sofreram alterações estatisticamente significativas no período entre 2019 e 2022?).

Após a realização da análise estatística, resumida no quadro 6, confirmou-se as atividades que apresentaram alterações relacionadas com a aproximação com os EUA.

O sobrevoos sofreu uma alteração moderada, comprovada estatisticamente, durante o período de estudo.

Dentre as atividades de cooperação militar internacional, ratificou-se que o planejamento das atividades de intercâmbios e das atividades de visita sofreram alteração forte no período, enquanto a execução das atividades de cursos, estágios, conferências e intercâmbios sofreram alteração de moderada a muito forte.

Finalizando, o quarto objetivo específico está diretamente relacionado com a resposta à segunda questão da pesquisa (quais os possíveis efeitos para o Brasil e para os países do Entorno estratégico, em relação às atividades que sofreram alterações estatisticamente significativas no período entre 2019 e 2022?).

Este segundo questionamento é o resultado da leitura dos documentos citados na introdução (Constituição Federal, Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa) que orientam as relações internacionais do país, destacando-se a priorização da integração regional, com destaque ao entorno estratégico do país. Os mesmos documentos também citam a busca pelo intercâmbio com países de maior interesse estratégico, principalmente do ponto de vista tecnológico. A pesquisa revelou que as atividades executadas de cursos, estágios, conferências e intercâmbios priorizaram os EUA em detrimento do entorno estratégico.

O principal efeito constatado foi que neste item, a Força Aérea Brasileira deixou de contribuir para a integração regional do Brasil com seu entorno estratégico no período estudado, priorizando as trocas de cooperação com um país de maior desenvolvimento tecnológico.

Outro possível efeito pode ser entendido como um futuro afastamento do entorno estratégico nas relações de cooperação com o Brasil, do ponto de vista da Força Aérea.

Destaca-se aqui que a pesquisa encontrou alguns obstáculos por não existir um número mínimo de dados a serem comparados na análise estatística em algumas atividades. Apesar de não ter sido cumprida esta exigência, as tabelas foram apresentadas apenas para a didática.

Outro ponto importante a ser registrado foi a ocorrência da pandemia de coronavírus entre 2020 e 2023. Em consequência das restrições de mobilidade impostas mundialmente, os dados deste período tendem a terem sido reduzidos do que deveria ser em uma realidade sem pandemia, existindo a possibilidade de os resultados encontrados terem sido afetados.

Com maior período de pesquisa, seria possível maior investigação sobre os efeitos citados, através do aumento do período de estudo, simultaneamente com o aumento da amostragem (expansão para além da FAB).

Contudo, a Cooperação Militar Internacional da FAB ficou mais restrita ao pragmatismo tradicional dos militares. Como os dados avaliados foram exclusivos da FAB, a pesquisa encontrou esta restrição e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de nova pesquisa, analisando outras ações de cooperação, fora do campo militar.

Novas perspectivas surgem a partir deste trabalho, podendo haver uma maior complementação e aprofundamento. De imediato, poderia ser realizado o mesmo levantamento na Marinha e no Exército, verificando-se se houve novo alinhamento ideológico nas ações de cooperação militar ou se permaneceu o pragmatismo militar.

Similarmente, questiona-se houve alinhamento ideológico em outras ações de cooperação fora do campo militar. Novas pesquisas poderão aprofundar este relatório, ampliando-se o escopo a ser investigado.

Outro ponto passível de ser investigado em outros trabalhos é a influência desta aproximação em outros parceiros do Brasil, como o BRICS, por exemplo.

Um produto desta pesquisa, e de suas futuras extensões, consiste na verificação estatística da capacidade de um governo mudar o rumo das relações exteriores de um país durante quatro anos. Questões quantificando o quanto o presidente pode alterar um relacionamento internacional levantam possibilidades de novas pesquisas.

Futuras pesquisas poderão constatar, ainda, se a influência dos diversos grupo políticos em um período de governo será capaz de modificar uma tradição histórica de um país. Da mesma forma, sob um diferente enfoque, novas pesquisas poderão analisar períodos maiores de governo, buscando-se determinar o lapso temporal necessário para que um governo tenha capacidade de alterar o histórico das relações internacionais de uma nação.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército Brasileiro (1930-1964): Declínio ou permanência? **Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 15, n. 20, p. 245, 2008.
- BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia Borba. Fragmentação da Governança Regional, o Grupo de Lima e a política externa brasileira. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, v. 2, n. 3, p. 6-39, 2019.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/Versaodolivroempportugues2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versaodolivroempportugues2020.pdf) . Acesso em: 3 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em: 3 jan. 2022.
- BUZAN, Barry; WÆEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão; FARIAS, Déborah Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 35, n. 5, p. 741-761, 2022.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.
- CORIGLIANO, Francisco. Configuraciones de orden (¿ o de desorden?) mundial, de Westfalia a nuestros días. **Mural Internacional**, v. 5, n. 1, p. 56-70, 2014.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CRUZ, Edwin. La seguridad desde la paz de Westfalia hasta el desarrollo sostenible. **Revista de Ciencia e Investigación en Defensa-CAEN**, v. 3, n. 2, p. 112-132, 2022.

DAHL, Robert. The Concept of Power. **Behavioral Science**, v. 2, n. 3, 1957.

DAI, Junzhu *et al.* The combined analgesic effect of pregabalin and morphine in the treatment of pancreatic cancer pain, a retrospective study. **Cancer Medicine**, v. 10, n. 5, p. 1738-1744, 2021.

DIDIER JR., Fredie. **Cooperação judiciária nacional**: esboço de uma teoria para o Direito brasileiro. Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do poder nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2019.

FRANCO, Clarissa de; PINEZI, Ana Keila Mosca; SOUZA, Sandra Duarte de. A participação brasileira no fortalecimento do conservadorismo reacionário mundial: alianças político-religiosas e o reforço à agenda anti-gênero em meio à pandemia de Covid-19. **Mandrágora**, v. 28, n. 2, p. 33-55, 2022.

GALINARI, Tiago Nogueira. A “Guinada à direita” e a nova política externa brasileira. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 190-211, 2019.

GOLDONI, Luiz Rogério Franco; DOMINGOS NETO, Manuel. Perspectivas da cooperação militar entre os BRICS. **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18, 19, p. 361-375, 2014.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações EUA-Brasil. **Sul Global**, v. 1, n. 1, p. 192-211, 2020.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

GRANATA, Julien. Qu'est-ce que la coopération?. **Coopétition**: S'allier à ses concurrents pour gagner. [S. l.]: Pearson, 2014.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá *et al.* The evangelical foreign policy model: Jair Bolsonaro and evangelicals in Brazil. **Third World Quarterly**, v. 44, n. 6, p. 1324-1344, 2023a.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá *et al.* Conspiracy Theories and Foreign Policy Narratives: Globalism in Jair Bolsonaro's Foreign Policy. **Latin American Perspectives**, v. 50, n. 1, p. 272-289, 2023b.

HARUTYUNYAN, Gayane E.; DAVTYAN, Azat G. Issues of international cooperation in defense industry: critical Review. **Ars Administrandi**, v. 11, n. 2, p. 287-305, 2019.

IGNÁCIO, S. A. Importância da Estatística para o Processo de Conhecimento e Tomada de Decisão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.], n. 118, p. 175-192, 2012.



KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos da pesquisa em ciência política**. São Paulo: Editora Blucher, 2021.

KEOHANE, Robert. **Instituciones internacionales y poder estatal**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 3rd ed. New York: Longman, 2001.

KEOHANE, Daniel. **EU Military Cooperation and National Defense**. [S. l.]: German Marshall Fund of the United States, 2018.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. [S. l.]: Objetiva, 2015.

KOSTIN, Sergio; GUERRA, Francisco; GAVIÃO, Luiz Octávio. A relação entre os resultados do Produto Interno Bruto e o horizonte orçamentário para a Defesa Nacional. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, 2024.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá-Colômbia, v.14, n. 2, jul./dez. 2015.

LAURO, Adriano; CORRÊA, Claudio Rodrigues; HONÓRIO, Thiago Jacobino. The potential impacts of COVID-19 pandemic on international defense and security. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 579-608, 2020.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. A foreign policy oriented toward personal interests: an analysis of Bolsonaro's approach to multilateralism. **Latin American Policy**, v. 13, n. 2, p. 389-404, 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MAINKA, Peter Johann. O Congresso da Paz de Vestfália (1643-1648): convocação, negociações, resultados. **História Unisinos**, v. 25, n. 3, 2021.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, ago. 2004.

MCHUGH, Mary L. The chi-square test of independence. **Biochemia medica**, v. 23, n. 2, p. 143-149, 2013.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul.** 2010. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MEIRELLES, Mauro. O uso do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) na Ciência Política: uma breve introdução. **Pensamento Plural**, n. 14, p. 65-92, 2014.

MIRANDA, Samir Perrone de. A “nova política externa brasileira” de Temer para a América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51, p. 126-138, 2019.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. As Semelhanças Entre os Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 9, n. 1, p. 47941, 2020.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MUTHANNA, Colonel KA. **Enabling military-to-military cooperation as a foreign policy tool: options for India.** New Delhi: Knowledge World & United Service Institution of India Centre for Research, 2006.

NEIVA, Pedro. Revisitando o calcanhar de Aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 79, p. 65-83, 2015.

NYE JR., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais.** São Paulo: Editora Gente Liv; Edit Ltd, 2009.

ONUF, Nicholas. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations.** Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

PINHEIRO, Leticia; SANTOS, Leandro W. dos. Diplomatic capacity and foreign policy changes under Bolsonaro: elements of a paradox. **Latin American Policy**, v. 13, n. 2, p. 447-463, 2022.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

RALLO, Juan Ramón. **Liberalismo: los 10 principios básicos del orden político liberal.** Bilbao: Deusto, 2019.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e desce! Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva.** 2013. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, 2019.

SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHUTTE, Giorgio Romano; FONSECA, Bruno Castro Dias da; CARNEIRO, Gabriel Santos. Jogo de dois níveis voltado ao eleitorado: Uma análise da política externa bolsonarista. **Conjuntura Global**, v. 8, n. 2, 2019.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 23-41, 2019.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. A diplomacia de defesa na política internacional. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 179-202, 2015.

SILVEIRA, Vinícius Assis da. Soberania e imunidade de jurisdição: da paz de Vestfália ao presente. **Revista Vox**, n. 11, p. 72-90, 2020.

VAN KLAVEREN, Alberto. La crisis del multilateralismo y América Latina. **Análisis Carolina**, n. 10, p. 1, 2020.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 20, 2019.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; BERNAL-MEZA, Raúl. Bolsonaro versus Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 15, n. 2, p. 11-26, 2020.

WALTZ, K. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WALTZ, K. **O Homem, o Estado e a Guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WAXSE, David J. Cooperation-What is it and why do it?. **Richmond Journal of Law & Technology**, v. 18, n. 3, p. 8, 2012.

WENDT, Alexander E. The agent-structure problem in international relations theory. **International organization**, v. 41, n. 3, p. 335-370, 1987.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 2003.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017.

ZDRAVKOVIC, Marko et al. Perceptions of gender equity in departmental leadership, research opportunities, and clinical work attitudes: an international survey of 11 781 anaesthesiologists. **British journal of anaesthesia**, v. 124, n. 3, p. e160-e170, 2020.

## APÊNDICE A - ANÁLISE ESTATÍSTICA

Apesar da resistência na utilização de métodos quantitativos nas áreas das Ciências Sociais, a estatística traz consigo ferramentas que possibilitam realizar análise e inferências em qualquer base de dados, como por exemplo pesquisas de opinião, levantamentos do censo, preferência dos eleitores etc. Ela possibilitará testar hipóteses e, ao final, aceitá-las ou refutá-las. Na verdade, os métodos quantitativos e qualitativos se complementam, e, se utilizados em conjunto, poderão auxiliar nas pesquisas realizadas (Meirelles, 2014).

Baseado no texto de Meirelles (2014) e de Kellstedt e Whitten (2021), julga-se importante apresentar algumas definições, fornecidas pelos autores, que auxiliarão na compreensão da análise estatística:

- Dado – é a menor unidade de análise, permitindo ser contabilizado uma característica (ou atributo).
- Variável – variação observada em um atributo específico componente de um conjunto de dados.
- População – conjunto de indivíduos que possui certas características em comum.
- Amostra – parte de uma população considerada como representativa do todo em função de suas características comuns.
- Análise bivariada – análise envolvendo apenas duas variáveis.
- Análise multivariada – análise envolvendo 3 ou mais variáveis.
- Variável independente – é aquela que apresenta variação em seu atributo, sem depender de outra variável.
- Variável dependente – é aquela que possui variação em função de outra variável.
- Variável interveniente – é aquela que possui uma função essencial na relação entre duas ou mais variáveis, causando a modificação do fenômeno observado.
- Média – valor que apresenta o ponto onde se concentram os dados de uma distribuição de dados.
- Moda – é o valor mais apresentado em uma distribuição de dados.

- Mediana – em uma distribuição de dados em ordem crescente, será o valor que se encontra mais o meio, separando a parte inferior da superior.
- Desvio padrão – valor que indica a dispersão em relação à média.
- Máximo – é o maior valor observado em um conjunto de dados.
- Mínimo – é o menor valor observado em um conjunto de dados.
- Mensuração discreta – apenas o valor bruto de uma variável é contabilizado na análise do dado, como por exemplo a idade (medida em anos).
- Mensuração categórica – quando não se possui acesso à medida discreta e, sim, somente a uma faixa ou categoria onde ela se encontra. Por exemplo, no caso da idade, não se possui acesso à idade precisa, mas somente a uma faixa etária onde o dado se localiza.
- Frequência – quantidade de vezes que um dado se repete.
- Grau de liberdade – é o número de determinações independentes (dimensão da amostra) menos o número de parâmetros a serem avaliados.
- Intervalo de confiança – é um intervalo numérico associado a uma probabilidade que representa a confiança de que aquele intervalo contém o parâmetro. Ele indica a probabilidade de que aquela amostra represente com fidedignidade as características em estudo daquela população.
- Inferência estatística – processo para utilizar o que foi analisado em uma amostra como sendo válido para toda a população estudada.
- Coeficiente de correlação – é a medida de associação entre duas variáveis.
- Hipótese nula – é a afirmação baseada em uma teoria, onde se destaca o que se espera encontrar caso a teoria seja incorreta.
- Valor crítico – é o valor pré-determinado utilizado para comparação com o valor encontrado nos cálculos.
- Valor p – é a probabilidade de que uma relação entre variáveis possa ocorrer aleatoriamente. Em geral, utiliza-se o valor de 0,05, o que significa um grau de confiança de 95%.

Ao se realizar a análise dos dados categóricos de uma pesquisa, vários modelos poderão ser utilizados, destacando-se: o Teste da Correlação de Pearson ( $p$ ), o Teste Qui-quadrado ( $X^2$ ), o Teste Cramer V e a Análise de Regressão ( $R^2$ ). Para este relatório de pesquisa, será apresentado somente o Teste Qui-quadrado e o Teste Cramer V.

O Teste do Qui-quadrado é utilizado para se mensurar o grau de associação entre duas variáveis, sendo necessária a existência de pelo menos cinco casos em análise.

Também chamado de análise tabular, ele realiza a comparação entre os dados observados e os dados esperados, indicando a dependência, ou não, sendo extremamente útil para se testar uma hipótese. A Equação (1) indica sua fórmula de cálculo, em que  $\sum$  é o somatório, “O” são os valores observados e “E” os esperados.

$$X^2 = \sum \frac{(O - E)^2}{E} \quad (1)$$

No teste Qui-quadrado, os valores esperados são normalmente proporções de cada célula, em relação aos valores marginais das linhas e colunas, em relação ao total de casos.

Destaca-se que não existirá relação entre as variáveis sempre que o dado observado for igual ao dado esperado.

Na análise tabular observa-se que o resultado da equação apresentada será cada vez maior na medida que a diferença entre os valores dos dados observados e dos dados esperados forem aumentando também.

Para a inferência da associação entre as variáveis, o resultado da equação será comparado com um valor crítico definido anteriormente. Caso este valor encontrado seja maior do que o valor crítico, deduz-se que existe relação entre as duas variáveis. Caso seja menor, não existirá esta relação.

Para se encontrar o valor crítico, primeiramente necessita-se encontrar o grau de liberdade para o teste realizado. O grau de liberdade ( $gl$ ) será expresso pelo produto do número de linhas ( $r$ ) da tabela menos um multiplicado pelo número de colunas ( $c$ ) da tabela menos um, conforme a Equação (2).

$$gl = (r - 1) \cdot (c - 1) \quad (2)$$

O quadro 7 apresentará os valores críticos de  $X^2$  em relação ao grau de liberdade (gl) encontrado, para um valor “p” determinado. Neste relatório de pesquisa, foi utilizado “p” com valor de 0,05 e “gl” de 1, resultando um valor crítico de 3,841.

**Quadro 7 – Distribuição do Qui-quadrado**

n	$P(\chi_n^2 \leq x)$													
	0,005	0,01	0,025	0,05	0,1	0,25	0,5	0,75	0,9	0,95	0,975	0,99	0,995	
1	3,93E-05	0,000157	0,000982	0,003932	0,016	0,102	0,455	1,323	2,706	3,841	5,024	6,635	7,879	1
2	0,010	0,020	0,051	0,103	0,211	0,575	1,386	2,773	4,605	5,991	7,378	9,210	10,597	2
3	0,072	0,115	0,216	0,352	0,584	1,213	2,366	4,108	6,251	7,815	9,348	11,345	12,838	3
4	0,207	0,297	0,484	0,711	1,064	1,923	3,357	5,385	7,779	9,488	11,143	13,277	14,860	4
5	0,412	0,554	0,831	1,145	1,610	2,675	4,351	6,626	9,236	11,070	12,832	15,086	16,750	5
6	0,676	0,872	1,237	1,635	2,204	3,455	5,348	7,841	10,645	12,592	14,449	16,812	18,548	6
7	0,989	1,239	1,690	2,167	2,833	4,255	6,346	9,037	12,017	14,067	16,013	18,475	20,278	7
8	1,344	1,647	2,180	2,733	3,490	5,071	7,344	10,219	13,362	15,507	17,535	20,090	21,955	8
9	1,735	2,088	2,700	3,325	4,168	5,899	8,343	11,389	14,684	16,919	19,023	21,666	23,589	9
10	2,156	2,558	3,247	3,940	4,865	6,737	9,342	12,549	15,987	18,307	20,483	23,209	25,188	10
11	2,603	3,053	3,816	4,575	5,578	7,584	10,341	13,701	17,275	19,675	21,920	24,725	26,757	11
12	3,074	3,571	4,404	5,226	6,304	8,438	11,340	14,845	18,549	21,026	23,337	26,217	28,300	12
13	3,565	4,107	5,009	5,892	7,041	9,299	12,340	15,984	19,812	22,362	24,736	27,688	29,819	13
14	4,075	4,660	5,629	6,571	7,790	10,165	13,339	17,117	21,064	23,685	26,119	29,141	31,319	14
15	4,601	5,229	6,262	7,261	8,547	11,037	14,339	18,245	22,307	24,996	27,488	30,578	32,801	15
16	5,142	5,812	6,908	7,962	9,312	11,912	15,338	19,369	23,542	26,296	28,845	32,000	34,267	16
17	5,697	6,408	7,564	8,672	10,085	12,792	16,338	20,489	24,769	27,587	30,191	33,409	35,718	17
18	6,265	7,015	8,231	9,390	10,865	13,675	17,338	21,605	25,989	28,869	31,526	34,805	37,156	18
19	6,844	7,633	8,907	10,117	11,651	14,562	18,338	22,718	27,204	30,144	32,852	36,191	38,582	19
20	7,434	8,260	9,591	10,851	12,443	15,452	19,337	23,828	28,412	31,410	34,170	37,566	39,997	20
21	8,034	8,897	10,283	11,591	13,240	16,344	20,337	24,935	29,615	32,671	35,479	38,932	41,401	21
22	8,643	9,542	10,982	12,338	14,041	17,240	21,337	26,039	30,813	33,924	36,781	40,289	42,796	22
23	9,260	10,196	11,689	13,091	14,848	18,137	22,337	27,141	32,007	35,172	38,076	41,638	44,181	23
24	9,886	10,856	12,401	13,848	15,659	19,037	23,337	28,241	33,196	36,415	39,364	42,980	45,558	24
25	10,520	11,524	13,120	14,611	16,473	19,939	24,337	29,339	34,382	37,652	40,646	44,314	46,928	25
26	11,160	12,198	13,844	15,379	17,292	20,843	25,336	30,435	35,563	38,885	41,923	45,642	48,290	26
27	11,808	12,878	14,573	16,151	18,114	21,749	26,336	31,528	36,741	40,113	43,195	46,963	49,645	27
28	12,461	13,565	15,308	16,928	18,939	22,657	27,336	32,620	37,916	41,337	44,461	48,278	50,994	28
29	13,121	14,256	16,047	17,708	19,768	23,567	28,336	33,711	39,087	42,557	45,722	49,588	52,335	29
30	13,787	14,953	16,791	18,493	20,599	24,478	29,336	34,800	40,256	43,773	46,979	50,892	53,672	30
40	20,707	22,164	24,433	26,509	29,051	33,660	39,335	45,616	51,805	55,758	59,342	63,691	66,766	40
50	27,991	29,707	32,357	34,764	37,689	42,942	49,335	56,334	63,167	67,505	71,420	76,154	79,490	50
60	35,534	37,485	40,482	43,188	46,459	52,294	59,335	66,981	74,397	79,082	83,298	88,379	91,952	60
70	43,275	45,442	48,758	51,739	55,329	61,698	69,334	77,577	85,527	90,531	95,023	100,425	104,215	70
80	51,172	53,540	57,153	60,391	64,278	71,145	79,334	88,130	96,578	101,879	106,629	112,329	116,321	80
90	59,196	61,754	65,647	69,126	73,291	80,625	89,334	98,650	107,565	113,145	118,136	124,116	128,299	90
100	67,328	70,065	74,222	77,929	82,358	90,133	99,334	109,141	118,498	124,342	129,561	135,807	140,170	100

Fonte: <https://cursos.alura.com.br/forum/topico-tabela-do-qui-quadrado-124795>, acesso em 01fev24.

Para a referência do teste do Qui-quadrado será realizada uma comparação entre o valor alfa (nível de significância, assumido como 0,05, ou seja, uma confiança de 95%) e valor p do teste. Sempre que o valor p for menor que alfa, rejeita-se a hipótese inicial (ou nula), havendo evidências da possibilidade de a hipótese alternativa ser viável. Caso o alfa seja igual ou maior que o valor p, diz-se que não se pode rejeitar a hipótese nula, não havendo evidências para a hipótese alternativa.

Por outro lado, para se medir a intensidade do grau de associação entre duas variáveis categóricas, existe o teste Cramer V.

A estatística de teste do Cramer V ( $C_v$ ) é calculada conforme a Equação (3), em que “ $X^2$ ” é a estatística de teste obtida no Qui-quadrado, “n” representa a quantidade



de linhas ou colunas da tabela de contingência e “k” é a quantidade total de instâncias (frequências) coletadas para o teste (McHugh, 2013).

$$C_v = \sqrt{\frac{\chi^2}{n(k-1)}} \quad (3)$$

Uma vez encontrado o valor do teste (sempre de 0 a 1), será fornecido a intensidade de do grau de associação entre as duas variáveis categóricas analisadas, convencionando-se neste relatório de pesquisa, segundo Dai et al (2021) as seguintes relações:

- Valor de CV > 0,05 – relação fraca entre as variáveis;
- Valor de CV > 0,10 – relação moderada entre as variáveis;
- Valor de CV > 0,15 – relação forte entre as variáveis; e
- Valor de CV > 0,25 – relação muito forte entre as variáveis.

Juntos, o teste do Qui-quadrado e o teste Cramer V, o pesquisado tem disponibilizado para sua pesquisa uma poderosa ferramenta que possibilitará a realização de inferências fundamentadas.